

**VOZES FEMININAS NA DÉCADA DE 1930: as
contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso
Feminino**

Paula Frassinetti Chaves de Carvalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mauricéia Ananias

João Pessoa - PB

2011

C331v Carvalho, Paula Frassinetti Chaves de.

Vozes femininas na década de 1930: contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino/ Paula Frassinetti Chaves de Carvalho.- João Pessoa, 2011.

86f. : il.

Orientadora: Mauricéia Ananias

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. História da educação. 3. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino - contribuição - educação de mulheres - Paraíba.
4. Educação de mulheres - Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 37 (043)

Paula Frassinetti Chaves de Carvalho

**VOZES FEMININAS NA DÉCADA DE 1930: as
contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso
Feminino**

Avaliado em ____/____/2011, com conceito _____

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO

**Prof.^a. Dr.^a. Mauricéia Ananias
PPGE-UFPB
(Orientadora)**

**Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
PPGE-UFPB
(Examinador interno)**

**Prof. Dra. Ana Maria Coutinho
CCHLA-UFPB
(Examinador externo)**

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Janua Coeli Chaves de Carvalho,
mulher forte e guerreira que me ensinou a lutar.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter concedido vida e sabedoria, dando força e coragem para lutar nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Livaldo Carvalho e Janua Carvalho, e aos meus irmãos Sérgio e Livaldo Filho que dedicaram suas vidas para que eu pudesse chegar até aqui e ir muito mais além.

A Prof^ª Dra. Mauricéia Ananias, minha orientadora pela competência intelectual, por ter aceitado o desafio de orientar um trabalho que teve como temática a mulher, em que até então, não se concentrava no eixo norteador de suas pesquisas, revelando-se dessa forma, uma profissional aberta a novas abordagens e por acreditar no meu potencial.

A Prof^ª Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes orientando-me com profissionalismo, indicando caminhos e estratégias a serem seguidas, permitindo que o alcance de mais um patamar em meu conhecimento e vida acadêmica.

A Prof^ª Dra. Ana Maria Coutinho incentivando ainda mais quanto à temática feminina, indicando caminhos e permitindo o desenvolvimento desse objeto de estudo, o que resultou na conclusão deste trabalho.

Aos professores de Pós-Graduação Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, Charliton dos Santos Machado, pelos ensinamentos e pelas questões instigantes que me fizeram pensar em questões até então adormecidas.

Aos meus colegas de mestrado, Célia, Vanessa, Simone, Philipe, Enoque pelos laços de amizade construídos no decorrer desta caminhada e pela participação na vitória de cada um na conclusão dessa etapa e o sucesso profissional, que almejamos.

Ao meu amigo Favianni Silva pelo incentivo na construção deste projeto, que contribuiu com significantes indicações bibliográficas.

Aos meus colegas professores da Escola Municipal Rodrigo Otávio que me apoiaram ao final da concretização deste trabalho.

As minhas amigas de infância, Camilla, Bruna, Germana, Niedja e Kat pela incansável paciência em ouvir sobre a minha temática e pelos momentos de alegria e angústia vividos.

A todos os funcionários do PPGE-UFPB, pela atenção e compreensão prestadas durante esse período, em especial a Rosilene que sempre nos atendeu com muita gentileza.

RESUMO

O presente estudo propõe discutir a importância da fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino criada por mulheres da elite paraibana em 1933 que emergiu com propostas em busca da conquista da mulher na vida pública e o direito à educação. A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino foi um núcleo da Federação Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, presidida por Bertha Lutz. Após 11 anos instalava-se a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino na sede da Escola Normal, em João Pessoa/ PB. A diretoria era composta por mulheres de destaque na sociedade paraibana pela atuação no sistema educacional. Utilizamos como fontes da pesquisa os artigos publicados no Jornal A UNIÃO, órgão oficial do Estado da Paraíba que publicava artigos defendendo o voto feminino e o acesso à educação, contribuindo, dessa forma, potencialmente, com elementos reveladores na construção dos direitos da emancipação política feminina à época e divulgando as discussões acerca dessa temática presentes no restante do país, promovendo a reflexão sobre a divisão de espaços e papéis sociais atribuídos ao homem e mulher na sociedade. Diante da relevância da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, ao conquistar uma página quinzenal neste órgão oficial do Estado, formador de concepções políticas e ideológicas. Procuramos evidenciar as contribuições da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no âmbito educativo, com vistas a enxergar que através da educação as mulheres obtiveram a efetivação na conquista dos direitos femininos.

Palavras-Chave: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino; Paraíba- estado; Educação.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the importance of the founding of the Female Association for the Advancement Paraibana founded by elite women Paraiba in 1933 with proposals that emerged in search of the conquest of women in public life and the right to education. The Association for the Advancement Female Paraibana was a core of the Brazilian Federation, based in Rio de Janeiro, headed by Bertha Lutz. After 11 years settled down Paraibana the Association for the Advancement of Female Normal School at headquarters, in João Pessoa / PB. The board was composed of prominent women in society by acting in Paraiba educational system. Used as sources of research articles published in the The Union, the official organ of the State of Paraíba who published articles advocating women's suffrage and access to education, contributing thus potentially revealing elements in the construction of the rights of female political empowerment at the time and disseminating discussions on this theme present in the rest of the country, promoting reflection on the division of spaces and social roles assigned to men and women in society. Given the importance of Paraíba Association for the Advancement of Women, to win this one page biweekly organ of the state official, trainer of ideological conceptions, the newspaper The Union, the source of no so research work. We seek to highlight the contributions of the Association for the Advancement Paraibana Women in education, in order to see that through education women would conquers in the realization of women's rights.

Keywords: Association for the Advancement Female Paraíba, Paraíba-state; Education.

SUMÁRIO

Capítulo 1: Abordagens conceituais da pesquisa	09
1.1 A trilha metodológica da pesquisa	12
Capítulo 2: Breve histórico dos direitos feministas no Brasil: contexto e vida privada	19
2.1 Dos lares à conquista dos espaços públicos	21
2.2 Vida privada e vida pública	23
2.3 A inserção da mulher no mercado de trabalho	25
Capítulo 3: Associação Paraibana pelo Progresso feminino	29
3.1 O feminismo “bem comportado” da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.....	30
3.2 A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.....	33
3.3 Imprensa como instrumento do processo civilizatório	43
Capítulo 4: Associação Paraibana pelo Progresso feminino e as contribuições educativas	46
4.1 Ações sociais: a influência religiosa como ato político.....	46
4.2 Ações educativas	51
Considerações Finais	60
Categorias presentes nos artigos publicados pela Associação.....	62
Referências	68
ANEXOS	72

Capítulo 1: Abordagens conceituais da pesquisa

Não se podiam implantar valores novos sem que os antigos fossem questionados [...]. Era necessário deixar um pouco de lado os alfinetes e os bordados que impregnavam a vida feminina e tentar tecer outros rendados históricos em busca de certos ideais.

(SIQUEIRA,1995.In: BERNARDO,2001, p.1).

O tema abordado nesta dissertação nasceu de questionamentos e curiosidades da forma como os Movimentos Feministas foram tratados pela História. No caso específico, emerge o profundo interesse acadêmico em investigar as questões relativas à construção do Feminismo na Paraíba e as contribuições educativas e repercussões dos artigos publicados pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino- APPF na década de 1930 no Jornal A UNIÃO, órgão oficial de imprensa do estado da Paraíba.

Nossa participação como bolsista e voluntária nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela UFPB e FIOCRUZ-PE – A voz do professor: orientações a professores do ensino fundamental; Ansiedade e câncer de mama: possibilidades de intervenção; Síndrome de Burnout em professores do ensino fundamental: um problema de saúde pública não percebido; As políticas curriculares e a formação do pedagogo: implicações e repercussões das novas diretrizes curriculares nacional para o curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, monitora da disciplina: Estrutura e Funcionamento do Ensino, bem como a publicação do artigo A construção intelectual Feminina no IV Seminário de Educação e Movimentos Sociais -UFPB, ajudaram-nos a definir o interesse pela construção histórica da educação Feminina e impulsionaram uma problemática a ser desenvolvida em submissão ao projeto de mestrado.

A partir dessas experiências, achamos necessário produzirmos outras histórias, levantando outros problemas, indicando outros sujeitos e objetos num constante repensar dos silêncios legitimados por histórias heroicas considerando essa pesquisa no contexto das histórias inclusivas relativas às mulheres. De acordo com Perrot (2006, p.9-10), com a

finalidade de repensar o silêncio que foi produzido e frequentemente reiterado como mandamento através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e manuais de comportamento, ou seja, o silêncio relativo a participação das mulheres nas igrejas, nos templos, nas mesquitas e nas sinagogas; silêncios nas assembleias políticas dominadas pelas eloquências masculinas; silêncios nos espaços públicos e privados.

Contudo, nesses silêncios, algumas mulheres conseguiram, mesmo com todas as adversidades, desviar-se das proibições, preenchendo o vazio do poder instituído.

Este trabalho pretende contribuir na construção de um novo olhar na escrita da história da conquista dos direitos femininos através da apresentação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino considerando a produção historiográfica das mulheres e suas contribuições educativas.

Os trabalhos que tratam a temática gênero, na maioria, buscam realizar uma revisão da forma como a história das mulheres foi retratada, porque pretendem ampliar os limites de análise comumente apresentados e, acima de tudo, procuram reconstruir experiências históricas que indevidamente foram esquecidas. Procuramos demonstrar que essa história de exclusão, em que a mulher estava longe de exercer a sua racionalidade com plenitude no espaço público, está em confronto com pesquisas que mostram o contrário, apenas não havia oportunidade de registros dessa intelectualidade.

Para a realização de tal propósito, vivenciamos a dificuldades em encontrar textos, obras e pesquisas que tratem dessa temática especificamente no campo da história da educação . Ao contrário, mesmo com a conquista dos direitos femininos e a construção intelectual feminina que se deram mediante muito esforço e luta e vieram com as lutas efetivas das mulheres que transformaram as relações sociais e avançaram nas relações de poder entre os sexos, ainda assim as idéias positivistas de “inferioridade biológica” permaneceram impregnando a mentalidade acerca da inferioridade feminina ainda por muito tempo, presentes na historiografia sobre as mulheres .

Evidenciamos, até o momento, seja nos discursos dos professores, seja na literatura sobre o assunto, estamos em processo permanente de pesquisa acerca da história da mulher, contudo ainda por conta de ao longo da história ter sido pouco objeto de pesquisa expressa num sentimento de preconceito causado pelo desconhecimento, contribuindo diretamente para

o estigma que alimenta a concepção da história dos grandes heróis favorecendo o processo de alienação e exclusão da mulher do processo histórico.

A historiadora Michelle Perrot (1998, p.27), enfatiza a inserção da mulher nos espaços privado e público adentrando nos cenários social e político como segmento social tido como “excluído”, posto que somente os homens poderiam agir sem nenhum tipo de restrição social ou política.

Neste contexto histórico, analisamos que até o momento, de acordo com pesquisa realizada em fontes digitais, no banco de dados de dissertações e teses disponível no banco de dados do domínio público-MEC, não consta em nenhum programa de Pós-Graduação no Brasil pesquisa de monografia, mestrado e/ou doutorado referente aos artigos publicados pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. O que evidenciamos até o presente momento que se encontra disponível para consulta, a dissertação de mestrado do autor Favianni Silva intitulado Analice Caldas: a Eva do século XXI que faz referências à Associação Paraibana e a tese de doutorado da professora Ana Coutinho intitulada: Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. que remete à importância da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no contexto da formação social da Paraíba nos primeiras décadas do período republicano. Como também os artigos publicados pelos pesquisadores Charliton José dos Santos Machado e Maria Lúcia da Silva Nunes.

Ainda que escassas essas pesquisas constituem-se importantes aberturas para a instituição da educação feminina como campo de análise da história das mulheres, considerando o pressuposto que, “se a educação modifica a mulher, assim como todos os seres humanos, a mulher também modifica a educação escolarizada, enquanto sua principal vinculadora” (ALMEIDA,1998.p.21).

Pretendemos, a partir dessa discussão historiográfica, analisar as contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no período compreendido entre os anos da década de 1930, procurando rastrear um grupo social, no caso específico as mulheres que fizeram parte desse contexto como produtoras de conhecimento e agentes da história. Para tanto, como base da nossa análise, utilizaremos os conceitos de configuração social de Norbert Elias (1994) e representação de Chartier (1990), pois lidamos com elaborações produzidas em outros momentos históricos, com finalidades próprias para sua

época, portanto explorando formas de representações considerando os textos publicados, pelas mulheres da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, no Jornal A União.

1.1 A trilha teórica e metodológica da pesquisa

As reflexões de Chartier (1990, p.27) que utiliza a categoria do “mundo como representação”, podem ser utilizadas para a compreensão das representações que as mulheres construíram ao longo do tempo, da mesma forma que podemos utilizá-las para o entendimento das representações criadas sobre o feminino. Essa construção pode ser visualizada no campo do poder e dominação, com a efetivação de estratégias e práticas na imposição de autoridade. A noção de “apropriação” se verifica com o fato de que as mulheres sócias da Associação efetivaram outras interpretações das normas vigentes e instituíram outros ordenamentos na luta ao que não lhes eram instituído- voto feminino e educação.

De acordo com Certeau (2008, p. 56), seria possível compreender as práticas transgressivas como “super-ações” em um sistema que não lhes pertenciam.

Pensamos as práticas transgressivas das mulheres da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino na perspectiva de Certeau (1998, p.78-79) de que reempregaram o sistema de disciplinamento que não lhes pertenciam com “super-ações” que se transformaram em atos de resistência. Práticas femininas através da “trapaçaria”, “astúcia” e “esperteza” no modo como utilizaram ou dobraram as normas, o que era possível para a época, ou seja, como “mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro” no espaço construído pelo poder instituído, em que desembaraçaram uma rede de forças e de representações estabelecidas, alterando na medida do possível as regras do espaço opressor produzido pelos outros.

Procurando restituir às mulheres representações nos mais diversos papéis sociais, sexuais e na vida cotidiana, as abordagens sobre o mundo feminino se tornaram mais freqüentes. Obras como as de Perrot (1988) e Del Priore (1997), passam a abordar temas crescentes relacionados à mulher, no mundo urbano, na família e na educação, tomando o gênero como categoria de análise para melhor definir os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

Artigos publicados no Jornal A União após de 1930 possibilitaram-nos compreender os aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade paraibana naquele contexto histórico na construção da história da mulher. Concordamos com Nóvoa (2002, p. 31), que: “A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam.”.

Enfatizamos que utilizamos o jornal A UNIÃO, como fonte de pesquisa em referência ao objeto que são os artigos da Associação Paraibana Pelo progresso Feminino publicados no referido jornal. “A memória importa, não tanto pelo conhecimento que trás, mas pela ação que ela governa”. (ELIAS, 1994, P. 10)

Aos discursos e as práticas que buscaram produzir a interiorização nas mulheres através de comportamentos e representações dominantes não se pode excluir os afastamentos e manipulações das normas por parte dessas mesmas mulheres, pois reconhecemos que essa incorporação de dominação não aconteceu através de uma submissão alienante, mas num movimento aberto às subversões e deslocamentos (CHARTIER, 1996, p.40-41).

Nesse sentido, buscamos nesse autor a percepção de que as representações sociais são fundamentalmente práticas de representações do mundo social que comandam os atos coletivos.

Para esse estudo, com essas orientações, justificaremos a relação das estruturas mentais, articuladas à organização social, aos discursos das sócias da APPF dessa forma:

[...] considerando os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990, p.18).

Para o autor, seria a partir de sua interpretação como representação de mundo, socialmente construída, que as práticas de representações podem se tornar inteligíveis e com significado social. É pressuposto que esses esquemas não ocorrem por acaso, contudo estão “sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, gestando uma luta de representações” (CHARTIER, 1980, p.17).

Elegemos a categoria de representação, formulada por Chartier porque nosso objeto se refere a elaborações produzidas em outros momentos históricos, com finalidades próprias para sua época. Portanto, estamos explorando formas de representação dos ideais das mulheres da Associação em busca de seus direitos em uma determinada sociedade e espaço definidos.

Dentro dessa perspectiva, propõe-se compreender, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e de seus confrontos, através da dependência que os ligam ou dos conflitos que os opõem.

Os movimentos de ingresso de mulheres na fundação da Associação Paraibana pelo Progresso feminino, por esta interpretação, podem ser observados como parte dessa luta, fomentada por projetos coletivos, de sujeitos vinculados em relações sociais em busca de determinadas posições.

Para maior densidade analítica utilizaremos com as mesmas intenções a categoria de configuração social proposta por Elias (1933, p. 338). Em todo processo social, entendemos que as redes de ligações que se estabelecem em uma sociedade não ocorrem por acaso, mas sim se constituem como estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições dentro de suas relativas posições e manifestações de poder que se fazem presentes em todo o processo social.

Desta forma, o conceito de configuração proposto por Elias será compreendido como orientação para o estabelecimento de novas acepções sobre os padrões de comportamento do processo social estudado.

Afim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processo exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social e que com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzido sucessivas vezes (NOBERT ELIAS, 1993, p.239).

O autor enfatiza os processos sociais e as estruturas afirmando:

Da mesma forma que em todo estudo psicogenético é necessário levar em conta não só as funções "inconscientes" e "conscientes", mas a contínua circulação de impulsos entre umas e outras, igualmente é importante, em todos os estudos sociogenéticos, levar em conta desde o princípio toda a configuração do campo social, que é mais ou menos diferenciado e carregado de tensões. E só é possível fazer isso porque o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos, mas possuem, mesmo numa fase de agitação e desordem, um claro padrão e estrutura (NORBERT ELIAS , 1993. p. 239).

Esta maneira de visualizar as configurações sociais, por sua própria natureza, torna-se interessante porque suscita uma complexa relação na medida em que as determinantes apontadas tendem a mostrar as formas de existência e de desenvolvimento entre os indivíduos na sua estrutura social.

Sob este aspecto é possível verificar que nenhuma organização, qualquer que seja a sua natureza ou estrutura, poderá agir individualmente. As atividades, o querer e o fazer, os comportamentos, as condutas, os anseios e as produções realizadas pelos indivíduos -aqui poderíamos enfatizar a produção científica - não podem ser deixados de lado para compreender a configuração da sociedade, visto que trazem em seu contexto um sentido preciso que os distingue dos demais nas suas relações desta construção social.

Com esta premissa, Norbert Elias (1993) conduz para o convencimento da indivisibilidade entre sociedade e indivíduo mesmo considerando que os indivíduos possuem uma característica própria de individualidade, porém levando também a entender que o desenvolvimento desta inter-relação deve conduzir-se dentro de um contínuo estado de mutação.

Ao analisarmos o que permeia esta posição de Norbert Elias (1993) ao falar da configuração social, traduz-se num sinal evidente de que podemos ver desenhado um legítimo ordenamento primordial presente nos artigos da Associação na medida em que em alguns momentos as sócias recuavam em seus posicionamentos para não atingir diretamente as estruturas de poder instituídas, possibilitando, dessa forma, alcançar os objetivos inicialmente propostos.

A partir dessa perspectiva, esta pesquisa se justifica por pretender analisar os artigos publicados pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no jornal A UNIÃO intrínseco à conquista do voto feminino mediante a construção intelectual feminina.

Assim, pretende-se que este estudo contribuía tanto para a academia, quanto para a sociedade, no sentido de reconstruir a história da educação feminina na Paraíba tendo como pressuposto a configuração política e social na década de 1930 através dos artigos escritos por mulheres associadas à APPF que colaboraram para divulgação e efetivação das lutas femininas, identificando suas bases de sustentação e perspectivas.

Como defende Del Priore (2005, p.217) a historiografia do silêncio tem sido repensada com a produção de uma “história das transgressões”, através das variadas pesquisas que buscaram pensar no Brasil colonial, imperial e republicano as práticas das mulheres desviantes da norma estabelecida pelas instituições de poder. As mulheres foram capazes, e ainda são, de recriar caminhos diferenciados dos propostos pelas instituições de poder. Não procuramos fazer história das mulheres evidenciando erros ou acertos, mas sim, enfocando as contribuições no campo da educação pela APPF.

Essa abordagem conceitual nos aproxima da perspectiva da história cultural. Conforme discute Pesavento (1995,p.40), destacamos a noção de “representações” como portadoras do simbólico, na perspectiva do que estão imbuídas de sentidos ocultos, construídos social e historicamente, que são internalizados no inconsciente das pessoas como “naturais, dispensando reflexão”. As representações aparecem com múltiplas faces, porque o mundo é construído pelos diferentes grupos, de forma contraditória e variada. Barros (2004), ajudou a problematizar a presença das mulheres nos espaços públicos e privados, e mais especificamente, suas participações nos processos constitutivos da educação mediante a fundação dos núcleos educativos da Associação.

Através desses artigos, foi possível ouvir as marcas documentais das vozes das mulheres que se imiscuíram nos debates e no cotidiano do campo educativo e ajudaram a sedimentá-los. A base analítica da pesquisa são os artigos publicados pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no período que compreende a década de 1930.

O modelo de estudo tendo como fontes os jornais, possibilita trazer à tona fragmentos das lembranças, das imagens, das trajetórias de vidas e de lugares diversos na sociedade, haja vista, que é no cotidiano que se edificam saberes e experiências dos sujeitos excluídos, por

isso, apagados pelo tempo e ignorados pelas versões oficiais. Nessa perspectiva teórica, entende-se que a história tradicional oferece uma visão macro concentrando-se na análise dos feitos dos grandes homens, dos grandes estadistas. Em contrapartida, a nova história cultural, na qual se baseia esta dissertação, desloca a sua atenção para a história dos homens e mulheres, preocupando-se com as suas práticas culturais, suas experiências de mudança social.

A partir dessas orientações a pesquisa será permeada pela intenção em desvendar quais eram as ações sociais e educativas das sócias da Associação na construção da História da Mulher Paraibana.

A documentação será analisada pela categoria do gênero, que aparece de forma estruturada no Brasil nos anos 60, com o movimento feminista reivindicando a igualdade de direitos e os direitos da mulher. (SOIHET, 1997).

Como defende a historiadora Joan Scott (1992), sobre a importância dos estudos de gênero, a solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informações sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também o domínio que os historiadores têm do passado é, nessa perspectiva, necessariamente parcial. Portanto, nesse sentido, podemos apontar que o feminismo constituiu um fator importante para ajudar na mudança da realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”.

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vem colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar a perspectiva da análise histórica, conforme intenção dessa pesquisa.

Portanto, os estudos de gênero vão ao encontro de certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução, linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Os estudos de gênero contribuem para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável, como também o tempo criador e dinâmico na multiplicidade da trama histórica.

Considerando esses pressupostos teóricos e metodológicos o presente trabalho será assim dividido: o próximo capítulo fará uma discussão de um breve histórico sobre a conquista dos direitos feministas no Brasil, o contexto da conquista da vida privada à vida pública e o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo a discussão concernente ao tipo de feminismo utilizado pela Associação dito “bem comportado” por não romper com as estruturas de configuração social e a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino através das normas presentes em seus estatutos.

No quarto capítulo, o foco da discussão se atentará às contribuições educativas dadas pela Associação no que concerne especialmente à fundação da biblioteca e a fundação dos núcleos educativos oferecidos como cursos pelas sócias da Associação.

Capítulo 2

Breve histórico dos direitos feministas no Brasil: contexto e vida privada

Dos próprios reclames da civilização nasceu um novo sistema, se já nos podemos exprimir assim o feminismo [...] Encarado através o prisma real e sadio, o feminismo é uma escola idealista, destinada à elevação mental da mulher; ao desenvolvimento de suas energias, de suas capacidades e aptidões; ao seu preparo para os embates da vida, de modo a torná-la útil a si própria, a família e a sociedade; a propugnar pela conquista de seus direitos, para com mais dignidade cumprir a sua missão social. (ALBERTINA CORREIA LIMA, JORNAL A UNIÃO, 07 DE SETEMBRO DE 1933, 1933).

Neste capítulo analisaremos a trajetória da conquista dos direitos femininos considerando o contexto histórico no qual estavam inseridas as mulheres fundadoras da Associação Paraibana para o Progresso Feminino.

No Brasil, a discriminação da mulher remonta à própria história colonial brasileira, em que figuras femininas emergiram isoladas e em campos esporádicos, alijadas pela historiografia tradicional que as deixou à margem da história. No cenário que pretendemos pesquisar, a década de 1930, é importante ressaltarmos as transformações socioeconômicas que aconteciam na Europa e tiveram reflexos no Brasil, a contestação do sistema político e os ideais de industrialização trouxeram para o país a modernização aos moldes europeus, acrescentada de uma visão nacionalista, tão marcante nos anos posteriores a 1930.

Muitas dessas transformações ocorridas durante esse período fizeram parte do discurso ideológico feminista, a exemplo da conquista do voto feminino, que coincidiu com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países aonde chegou, atingiu várias gerações de mulheres ao atentar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas.

A expressão de insatisfação da mulher diante da inexistência de espaço social próprio, da visão pejorativa de que muitas vezes era vítima, da falta de representação no âmbito político, da não relevância da sua participação na economia, o desejo de liberdade e igualdade

entre os homens, tudo isto era visto como uma ameaça à ordem familiar e, conseqüentemente, nessa visão, a defesa desses ideais colocava a sociedade em perigo (NUNES,2007.p.284).

No contexto histórico político, a participação paraibana na década de 30, mereceu destaque, pois o ex- presidente do estado João Pessoa compunha a chapa, para a disputa da presidência da República, como candidato a vice-presidente com Getúlio Vargas na Aliança Liberal, ganhando adesão de vários segmentos urbanos da sociedade, pois estavam insatisfeitos com a política do café-com-leite das oligarquias rurais e urbanas. Dentre eles, o das mulheres, na grande maioria educadoras, que passaram a integrar os comitês femininos pró Aliança Liberal. Dentre as sócias integrantes da Associação estava a figura de Analice Caldas como representante do Movimento Aliança Liberal.

As professoras normalistas paraibanas sócias da Associação, pioneiras da educação ao lutar pela conquista de seus direitos, que desafiaram as estruturas de desigualdades sociais, que resistiram e acataram normalizações masculinas, para só assim se afirmarem no espaço social, deram os primeiros passos na tentativa de conseguir o que aquilo que lhes não concebia o poder masculino.

As mulheres que integravam a Associação faziam parte de uma elite social e urbana. Esses dados são importantes para configurar o grupo de mulheres que fazia parte da Associação, eram aquelas que possuíam maior relevo na sociedade tendo acesso a livros e uma educação formal, o que as distinguiam da maioria das mulheres da época. Com isso, o fato de terem sido um grupo formado por mulheres de uma elite social urbana, deixava de fora do movimento, as mulheres das camadas sociais urbanas economicamente desfavorecida, como as donas de casa pobres, as operárias de fábrica, as empregadas de comércio, dentre outras. Podemos caracterizar como requisitos de inclusão para o movimento, uma boa formação escolar, além de penetração no mundo social e nos círculos femininos. A grande maioria era professoras da Escola Normal, formadoras de opinião ou mulheres que se destacavam na literatura e bacharéis, como Albertina Correia Lima, advogada e jornalista.

2.1 Dos lares à conquista dos espaços públicos

Apesar de muitas conquistas como a educação, a profissionalização, o acesso a cursos superiores e a ocupação de espaços até então dominados pelos homens, a educação das mulheres continuava um prolongamento da educação familiar, uma educação voltada para educação do lar e prendas domésticas que visava a preparação ao casamento. O rompimento com essas estruturas por parte das mulheres gerava muitas vezes o abandono e a condenação social por parte da sociedade.

Mary Del Priore (1997) em seu trabalho sobre a História das Mulheres no Brasil apresenta seleção dos mais variados artigos que abordam a inserção das mulheres na história desde os tempos coloniais até o Brasil contemporâneo. Da mesma autora, o livro *Ao Sul do Corpo* (1997) analisa a mulher no sistema que era predominantemente patriarcalista. Mostramos através desse forte livro, os caminhos percorridos pela mulher brasileira até os dias atuais, enfocando o universo das mentalidades e das sensibilidades femininas em nosso país.

Assim, mesmo essa história de luta, não significou a distribuição do poder na mesma proporção ao sexo masculino, da mesma forma não conduziu à liberação das mulheres. A sociedade apenas deu um passo à frente ao consentir na instrução das mulheres, embora atendendo aos interesses masculinos e restrito às mulheres das elites. A ausência de instrução e o trabalho pela sobrevivência sempre foram uma dura realidade para as mulheres pobres e negras.

No Brasil, o discurso gênero e raça, de acordo com Sueli Carneiro (2002) esconde a dimensão da origem étnica. Nossa sociedade, enaltece o trabalho das mulheres negras como amas de leite ou como empregadas das famílias brancas. Afirma que a situação da mulher negra na América Latina, a partir de uma perspectiva de gênero, é marcada pela violação perpetrada pelos senhores brancos e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções das identidades nacionais, estruturando, dessa forma, o decantado mito da democracia racial latino-americana.

Ainda nas considerações da autora supracitada, o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial, entretanto, permanece vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente

democrática, que mantem intactas as relações de gênero instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada do que o discurso clássico sobre a opressão da mulher tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar nos lares, nas escolas e na sociedade a hegemonia masculina, esta foi uma faca de dois gumes; detentores do poder econômico e político, os homens apropriaram-se do controle educacional e passaram a ditar as regras e normalizações da instrução feminina e limitar seu ingresso em profissões por eles determinados. (ALMEIDA, 1998.p.35).

As conquistas pelo voto feminino e inserção na educação da mulher para a conquista dos espaços públicos, não se deram sem luta e foi na forma do movimento feminista que a partir fim do século XIX na Europa, se espalhou nas décadas seguintes, em boa parte do mundo ocidental, inclusive no Brasil. Teve a participação de grupos especializados de intelectuais feministas, atuando nas organizações e nos movimentos de mulheres, principalmente através dos meios de comunicações da época: revistas femininas, jornais, constituindo um elemento transformador da sociedade e da organização da cultura.

O direito ao voto, assegurado pelo Decreto n. 20.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituindo o novo código eleitoral brasileiro, constituiu uma importante conquista e que se desdobrou após a primeira guerra mundial, momento em que as mulheres ficaram sozinhas, pois os homens iam para a guerra, e foram conquistando, por necessidade, o espaço público, ou seja, o início da saída das mulheres dos lares, implicando numa considerável ampliação do eleitorado.

O jornal A UNIÃO, de acordo com as nossas pesquisas, publicava artigos defendendo o voto feminino na década de 1920, esse período eclodiu em todo país diversos jornais e revistas femininas com essa mesma defesa.

É importante identificarmos a participação da imprensa como desfavorável ao feminismo, as representações femininas eram de caricaturas grosseiras em formas de charges, nas quais passavam mensagens do grotesco, pois eram atitudes e comportamento considerados próprios dos homens. Por este motivo, a importância da conquista da Página Feminina como publicação quinzenal concedida à Associação Paraibana. Dessa forma, as

sócias da APPF apareceriam frequentemente nas páginas do jornal A UNIÃO, como notícias ou autoras de textos construindo um espaço fixo com publicações quinzenais na Página Feminina.

2.2 Vida privada e vida pública

As noções existentes entre o conflito de vida pública e vida privada é importante na compreensão das mudanças que ocorreram gradativamente com relação à situação da mulher, principalmente a partir do século XIX. Esse período, especificamente no Brasil, assistiu a inúmeras transformações influenciadas principalmente pela consolidação do capitalismo, pela crescente urbanização do país e especialmente pela ascensão da burguesia, que trouxe para sociedade novos pensamentos e reafirmação do modelo de organização familiar ainda mais regrado:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa dona-de-casa, mãe de família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. À mulher cabia agora atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família [...] (RAGO, 1997, p.62).

As mulheres eram orientadas para serem boas esposas e donas de casa. O mundo contemporâneo, marcado pela busca incessante do progresso reforçará esse ideal como meta social da responsabilidade feminina. A autora destaca o papel da mulher:

Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação dólár, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos, o, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (DEL PRIORE, 1997, p.447).

Contudo, se antes a participação feminina limitava-se ao espaço privado, essa ligação com o social trouxe para as mulheres certo grau de liberdade, que na verdade escondia uma nova forma de controle, dessa vez mais ampla.

A invasão do cenário urbano pelas mulheres [...] não traduz um abrandamento das exigências morais[...]. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carente, do marido extenuando pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1997, p.63).

Ao mesmo tempo, ocorreu também uma modificação do espaço privado, que se abriu à presença do público. Tornaram-se frequentes os encontros para jantares e saraus, onde eram lidos poemas e tocadas boas músicas. Essa facilidade ao acesso cultural criou um grande público feminino que, entretanto, limitava-se a ler novelas românticas e sentimentais, como tentativa de livrar-se do ócio, entre um bordado e uma troca de confidências com amigas mais próximas.

Essa exposição, seja no âmbito privado ou público, fez com que os homens ficassem dependentes da imagem de suas mulheres, que serviam como símbolo de seu *status*, aumentando ainda mais a necessidade dos homens de realizarem bons casamentos: “[...]sua elegância, seu luxo e mesmo sua beleza exprimem a riqueza ou o prestígio de seus maridos ou de seus companheiros” (PERROT, 1998, p.15).

As mulheres ao mesmo tempo, que serviam de exposição para os homens, e podiam ser vigiadas por todos, eram sempre educadas para entender que apenas podiam ajudar seus maridos a manter sua boa posição, e não deviam tentar manter o controle da situação familiar. Os homens possuíam total autonomia para resolver qualquer problema, já que o espaço público não representava apenas um meio de exibição para obtenção de maior prestígio, mas também um local perigoso para manutenção da honra feminina.

O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarar a honra e a virtude. A mulher pública constituiu a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p.7)

O espaço privado funcionava como um lugar seguro, não só para a preservação feminina, mas como garantia da manutenção da ordem social: “A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira” (PERROT, 1988, p.9). Desta forma, com as mulheres restritas ao espaço privado, os homens poderiam desenvolver seu “papel natural” sem se

preocuparem com qualquer “ameaça”. Como afirmou Pitágoras, citado no texto de Perrot :
”uma mulher em público está sempre deslocada” (PERROT, 1998, p.8).

Em relação às famílias das camadas mais baixas, as mulheres solteiras ou descasadas muitas vezes tinham o controle familiar, não de serem aceitas perante a sociedade como “chefes de família”, mas com relação à necessidade de terem de trabalhar para ajudar na manutenção do lar. Isso acontecia não só pelas dificuldades financeiras dessas camadas, mas também pela adversidade de valores. Essas mulheres não conseguiam alcançar as mesmas condições que os homens, mas tinham, mesmo recebendo críticas, grande participação no mundo do trabalho: “Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (DEL PRIORE, 1997, P. 367).

Contudo, o fato dessas mulheres assumirem o controle da casa não indicava, no entanto, que elas não desejassem se casar, assim como sonhavam as burguesas. O que diminuía as chances de se adquirir matrimônio. Nesses casos, dizia respeito às dificuldades do homem em assumir o papel de mantenedor, já que seus salários eram insuficientes, assim como a ausência do dote ou o alto custo das despesas matrimoniais (DEL PRIORE, 1997, p. 368).

2.3 A inserção da mulher no mercado de trabalho

A participação feminina no mundo público foi conquistada a partir de muitos entraves, a necessidade de possuir um trabalho que conseqüentemente fornecesse uma renda para ajudar na manutenção da família e satisfazer aspirações particulares, tornou-se uma fonte de grandes polêmicas e discussões.

A industrialização no Brasil propiciou um dos principais exemplos da participação feminina no mercado de trabalho, em tempos mais recentes, diz respeito ao papel das operárias no desenvolvimento da industrialização.

Para esse processo, as mulheres tornaram-se figuras fundamentais, assim como as crianças que eram mal vistas, mas forneciam uma mão-de-obra mais abundante e barata.

Segundo recenseamento de 1872, cerca de 78,3% da força de trabalho industrial no Brasil era feminina (BARROSO E COSTA, 1983, p.19).

As primeiras operárias, a grande maioria, assim como os homens também, eram imigrantes atraídos pela promessa de uma vida melhor além do mar. De acordo com Del Priore:

Entre 1880 e 1930, entraram no país, cerca de 3,5 milhões de imigrantes. (...) Desanimados com a difícil condição social em seus países de origem, os imigrantes sonhavam em fare l'America ("fazer a América"), seduzidos pelos anúncios que acenavam para um futuro extremamente promissor (DEL PRIORE, 1997, p. 580).

Apesar de esses dados mostrarem uma forte presença feminina na indústria, com o passar das décadas tratou-se de substituir as mulheres por homens, à medida que a industrialização crescia. Entretanto, não é possível negar que essas operárias lutaram por seus direitos, à medida que conseguiam se inserir no mercado de trabalho, sendo variadas as suas reivindicações.

No primeiro momento, as mulheres voltaram-se especialmente para a conquista de proteção do ambiente de trabalho, e não tanto para ampliação das possibilidades de emprego. Isso acontecia devido às inúmeras arbitrariedades perpetradas por seus superiores.

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definitivo – pelos homens – como “naturalmente masculino” (...) começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família (DEL PRIORE, 1997, p. 582).

Evidenciamos um dos maiores problemas: os baixos salários em relação à longa jornada de trabalho das fábricas. Segundo Rago (1997): “Em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com tarefas menos especializadas e mal remuneradas; os cargos de direção e de concepção, como os do mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens”. A autora cita o exemplo de uma operária chamada Luiza Ferreira Medeiros que trabalhava em fábricas desde os sete anos de idade, numa jornada diária das 6 às 17 horas, sem horário par almoço.

Além da exploração da força de trabalho, as mulheres ainda tinham de sofrer com o assédio sexual por parte dos homens.

Mestre Claudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas operárias foram prostituídas por aquele canalha! Chegava a aplicar punições de dez a quinze dias pelas menores faltas para forçar as moças a ceder a seus interesses (BARROSO E COSTA, 1983, P.23).

O que poderia ter sido utilizada em favor da luta pela emancipação das mulheres tornou-se uma rica fonte de argumentos que defendiam a volta à condição de honrosas esposas e de mães dedicadas. Rago (1997, p.50) afirma que a sociedade utilizou-se de regras morais para colocar o mundo do trabalho como uma ameaça à honra feminina, já que as fábricas eram descritas como “antros da perdição”, “bordéis” e as trabalhadoras como seres indefesos. As mulheres lutaram para obter o direito de participar do mundo do trabalho e lutaram em várias frentes, almejando o respeito necessário. Para a autora, muitas foram as correntes que pretendiam lutar pelos direitos dos trabalhadores: anarco-sindicalistas, comunistas, socialistas. As trabalhadoras acabaram se dividindo nas mais diversas correntes, o que dificultou uma melhor articulação.

As mulheres anarquistas apostam na “revolução social” que traria não só a emancipação da mulher, mas também traria um mundo fundado na igualdade, na justiça e na liberdade. Percebemos nessa perspectiva que a libertação feminina ficava subordinada à libertação de toda humanidade, tornando-se secundária. As socialistas e comunistas acreditavam que uma luta pelos seus direitos sociais só seria efetivada se apoiada por um partido político, mesmo que este precisasse reproduzir as mesmas relações hierárquicas que condenavam. Enquanto que as feministas liberais pregavam mais a reivindicação de direitos como o voto, que seria para elas uma forma de participar da esfera política da sociedade (DEL PRIORE, 1997, P. 596).

Esse desencontro não impediu as mulheres de realizarem greves e mobilizações, mas fez com que essas, fossem mal articuladas, apesar de sua participação não poder ser considerada insignificante.

Elas estavam afastadas das lideranças do movimento, seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea e não calculada; estavam praticamente ausentes dos processos de negociação das greves, mas desorganizadas e imediatistas que fossem, elas estavam lá: não apenas operando máquinas, mas parando-as, no cruzar dos braços, nas ruas, nos

protestos, nos quebras-quebras, nos piquetes (BARROSO E COSTA, 1983, p. 28).

Um dos fatores de forte influencia nesse conflito que envolve a dúvida sobre a real função da mulher, foi o fato das próprias mulheres viverem submetidas a uma prisão psicológica dentro de seus lares.

E, se as mulheres operarias (...) diagnosticaram a exploração de sua classe, (...) não viram a opressão a que seus pais, maridos, filhos, a que o mundo masculino as submetia (...) considerando-se fortes para enfrentar patrões, mas conceberam-se frágeis do mundo (BARROSO E COSTA, 1983.p. 28)

Essa fraqueza levou as mulheres a serem vistas como responsáveis pelo lar. Rago (1997), afirma que os positivistas, os próprios liberais, os médicos, a Igreja, os industriais e mesmo operários anarquistas, socialistas, comunistas incorporam, principalmente nos anos 1920 e 30, a ideia da valorização da maternidade, impulsionada, no caso o Brasil, pela figura da mãe cívica, com os ideais de progresso e urbanização. Além disso, seguindo os ensinamentos de Augusto Conte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil eram contra ao trabalho feminino porque entendiam que:

[...] a mulher não deveria possuir dinheiro- um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividades que pudessem atraí-la para o mundo público (DEL PRIORE, 1997, P. 592).

Percebemos que o conflito entre as noções de vida pública e privada é importante na compreensão das mudanças que ocorreram gradativamente em relação às mulheres e como se deu a conquista dos espaços públicos concomitantemente a crescente urbanização do país. No próximo capítulo discutiremos sobre a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino bem como a noção de “feminismo bem comportado” presente nos ideais da Associação.

CAPÍTULO 3

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

O poder da vontade cresce e avolumam-se quando é cuidadosamente educada [...] É ao grande poder deste ato coletivo que devemos a realidade da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. A responsabilidade que tomaríamos a ombros, com os óbices que a mulher sempre se encontra para vencer na vida, não nos fez trepidar. Estávamos dispostas a enfrentar todos os desafios que nos pudessem advir. Estava lançada a pedra fundamental deste alicerce que sustentará a obra secular, onde as sacerdotisas do bem pregarão a doutrina da ciência, do dever e da caridade (Olivina Olívia C. da Cunha, JORNAL A UNIÃO, 20 DE AGOSTO DE 1933)

Neste capítulo discorreremos acerca da constituição do Feminismo bem-comportado, evidente, pelas análises, nas mulheres que faziam parte da Associação, em tempo que apresentaremos a imprensa como instrumento fundamental para a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino considerando a criação da Federação Brasileira no Rio de Janeiro em 1922, presidida pela Dra. Bertha Lutz. Destacamos uma homenagem escrita pela consocia da APPF Joanita Machado em homenagem à Bertha Lutz.

Bertha Lutz foi o general em chefe do exercito feminista no Brasil. Um nome que está consubstanciado com esse ideal feminismo e esse ideal por sua vez consubstanciou-se com o verbo “ser” (...)Bertha Lutz desbravou a passagem labrusca, hoje tem atrás de sé um exercito prestigioso, deixou de ser apenas um symbolo de idealismo combativo, para ser manufaztureira, artezã de crisol. E uma afirmação triumphal, é a “cidadão” de um país que acorda. É um perfil de carne que se fará bronze eterno. É um verbo – imperativo- “sublimar”! (Jornal A UNIÃO, 21 de maio de 1933 , p.8)

A Federação, na década de 20, organiza de maneira mais eficaz a luta feminina, não só pelos direitos civis mas também pelos direitos políticos. A atuação da Federação na luta pelo sufrágio feminino através da via jurídica, o que para alguns se traduziu numa via reformista, buscava na realidade uma co-participação dentro deste Estado.

Diante desta concepção, a Federação respaldou suas reivindicações partindo do pressuposto de que não estando na Constituição o veto ao voto feminino havia a possibilidade do mesmo se efetivar, desde que se tivesse vontade política para assim o fazê-lo.

É importante destacar o estado do Rio Grande do Norte que, em 1927, que teve como destaque Nísia Floresta expoente na luta pelos direitos femininos. Um artigo na constituição estadual suprimindo as barreiras ao voto feminino, permitindo participação da mulher nas eleições daquele estado. Este ato foi suspenso pelo poder Legislativo daquele estado, o que gerou um fortalecimento da posição da Federação em todo o país e uma corrida ao alistamento eleitoral.

Com isso, a decisão do Legislativo no Rio Grande do Norte colocou em xeque o princípio federalista de autonomia dos estados e a dissonância de se considerar juridicamente proibido o sufrágio feminino, quando ele não existia. Daí, portanto, a Federação se utilizar a via jurídica como forma de contestação do direito ao voto feminino.

A crítica ao sistema econômico vigente e ao Estado estabelecido não foram levantadas pelas federadas já que se encontravam comprometidas com o poder constituído, tanto por laços de parentesco, como por vínculos empregatícios e origem de classe, visto que eram mulheres que transitavam entre a elite social, política e econômica.

Dessa forma, a luta feminista neste início do século XX mostrou-se pacifista e reformista, para alguns, sendo que ao nosso ver demonstrou um avanço na conquista feminina pelo espaço público, um refletir sobre a própria condição feminina e sua organização, ou ainda, de se institucionalizar a luta feminista de maneira “arranhar” o *status quo* vigente.

3.1 O feminismo “bem comportado” da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino

Quando Simone de Beauvoir, em 1949, em *O segundo sexo*, disse que "não se nasce mulher, torna-se mulher", expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada e evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura.

Com base no movimento feminista brasileiro que se inicia na década de 1970, este texto pretende ressaltar a particularidade do feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, se concretiza dentro de limites e possibilidades dados pela referência às mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos, considerando a realidade paraibana nos anos de 1930.

Sem pretender, evidentemente, esgotar o sentido de uma experiência tão plural quanto polissêmica tentaremos demonstrar a relação entre o contexto de autoritarismo político e a forma adquirida pelo feminismo no Brasil, para, em seguida, discutir os impasses estruturais do feminismo. Argumenta-se que, embora influenciado pelas experiências européias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro dos anos de 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometidas, com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

Ao ganhar espaço na imprensa e no cotidiano de muitas mulheres, a Igreja se posicionou a favor de um feminismo adequado aos seus padrões morais, desde que os dogmas não fossem alterados. Um feminismo em que se admitia e se concordava com as reivindicações das mulheres, na medida em que estas não desintegram a mulher de seu verdadeiro lugar, o lar, e da sua “natural” função de ser mãe.

A Igreja via no voto feminino um ato de fé em favor de um país cristão que se encontrava ameaçado. O trabalho feminino era aceitável, com a condição de garantir uma vida “honesta” que consistia na necessidade de ajudar os pais ou o marido em momentos de dificuldade financeira.

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher.

O feminismo apontado pela Associação defendia a elevação da educação feminina e o direito ao voto feminino. Podemos caracterizar o feminismo como um movimento político em

que se questionam as relações de poder, opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras, defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

[...] é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes sociais e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais (TELES, 1999 p.10).

Não podemos caracterizar o movimento feminista como movimento único, pois ele foi historicamente construído, manifestando-se de formas variadas, todas elas tendo relação direta com a sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres. A sua base de sustentação e princípios é o mesmo, a luta pela igualdade de direitos entre os sexos, no âmbito político, econômico, social ou cultural. São as mulheres que lutam para transpor as barreiras que as impedem de serem elementos participativos dentro da sociedade em que vivem: “o feminismo se manifesta de forma variada, pois depende diretamente da condição histórica das mulheres” (TELES, 1940, p. 10).

Pinto esclarece a participação das feministas no aspecto político, na elaboração da Constituição de 1933.. afirmando que:

A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação (PINTO, 1994, p.265).

No Brasil, o feminismo constituiu-se originalmente numa sociedade fortemente marcada por desigualdades de direito entre os sexos, em que o sistema patriarcal de poder anulava a mulher quanto a sua condição de cidadã. Quando solteira, era considerada uma propriedade do pai, quando casada passava a ser do marido. Dessa forma, não tinham o poder de tomar decisões sobre os próprios destinos, fazendo com que essa insatisfação levasse algumas mulheres a reivindicarem o que consideravam seus direitos.

No livro Uma história do feminismo no Brasil, Celi Pinto sinaliza que são múltiplos os objetivos, as manifestações e as pretensões do feminismo brasileiro. Em decorrência de ser

um movimento difuso, nessa obra, destaca as principais tendências, situando-as em dois momentos: o primeiro, do final do século XIX até 1932, é o período tratado no primeiro capítulo; o segundo, do feminismo pós-1968, abordado nos outros três capítulos.

No primeiro capítulo, "Em busca da cidadania", Celi Pinto discorre sobre o conjunto diverso de manifestações do movimento feminista, identificando duas tendências, que tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Chama essa tendência de feminismo "bem comportado" para sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher. Nesse sentido, a luta para a inclusão das mulheres à cidadania não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade.

Nesta perspectiva, podemos caracterizar a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino como bem-comportado, pois a sua grande luta foi o voto feminino e o direito a formação feminina. Como argumenta Pinto (2003, p. 15).

[...] Se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturavam a partir da luta pelo voto não eram tão somente porque essa se colocava a luta do momento dos países centrais, mas também porque encontravam respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeito até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasses, não buscando agregar nenhum tipo de consciência de que as conquistas femininas não se daria em relação no *status quo*.

Visualizamos o movimento da Associação dentro desse conceito, pois as sócias não pretendiam romper com as estruturas sociais e sim apenas garantir seus direitos políticos e a educação, conforme veremos no capítulo seguinte.

3.2 A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino

Com a instauração da República em 1889, foi estabelecida a Primeira Assembleia Constituinte da República Brasileira, tendo como objetivo promulgar nossa primeira

constituição republicana. Nessa época, só tinha direito ao voto os homens maiores de 21 anos e alfabetizados. O debate ao voto feminino, surgido nessa época não abandonou mais o cenário político brasileiro.

Em 1918, com o retorno de Bertha Lutz da Universidade de Sorbonne em Paris, iniciou-se a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada à International Woman Suffrage Alliance, com sede no Rio de Janeiro. Por todo o país foram criados Núcleos, dentre eles, na Paraíba, a instituição da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Considerando que a maioria das sócias da APPF eram professoras da Escola Normal, cabe-nos, nesse estudo, buscarmos formas para discutirmos como a mulher-educadora conseguiu alcançar visibilidade como membro da Associação e também como portadora de um espaço de debates no Jornal A UNIÃO, através da conquista de uma página quinzenal.

Nesta perspectiva, acreditamos que para compor uma parcela dessa história, os artigos do Jornal A União somam novas orientações metodológicas que permitem realizarmos: Uma aproximação do momento de estudo, não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem-nos recuperar vieses que ficam perdidos nas análises historiográficas posteriores (VIDAL; CAMARGO, 2000, p. 408).



Foto 01: Foto da conquista da Página Feminina pela APPF e a publicação da fundação dos núcleos. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1933.

Nesta perspectiva, acreditamos que para compor uma parcela dessa história, os artigos do Jornal A União somam novas orientações metodológicas que permitem realizarmos:

Uma aproximação do momento de estudo, não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem-nos recuperar vieses que ficam perdidos nas análises historiográficas posteriores (VIDAL; CAMARGO, 2000, p. 408).

Sob esta premissa podemos observar e compreender a trajetória das relações sociais, suas particularidades e especificidades que proporcionam o reconstruir da História. Portanto, os jornais caracterizam-se primeiramente pela difusão de informações, isto não significa que são imparciais ou neutros diante dos acontecimentos do cotidiano, pois são formadores de

opinião pública pelo fato de disseminarem análises a respeito do contexto político, educacional, comercial, religioso, dentre outros.

Portanto, é impossível compor uma história única, de um objeto particular, há pluralidades de interpretações históricas, pois a história deve ser entendida como estudos dos processos com os quais se constroem um sentido para os fatos.

Argumenta Norbert Elias sobre os embates que resultaram em mudanças do contexto histórico:

Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que à vontade ou a razão das pessoas isoladas que a compõe. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador [...] A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo da configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas saiam mais ou menos dependentes entre si. Inicialmente pela ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidade recíprocas socialmente geradas, elas existem apenas como pluralidades, apenas com configurações (ELIAS, 1993, p. 194).

A aprendizagem social resultante do processo de configuração social, gerado pela interdependência, permite uma orientação nas análises acerca das mudanças históricas proporcionadas pelo processo civilizador.

Dessa forma, o exame dos espaços públicos de participação se torna fundamental para entendermos quais eram as práticas sociais e educativas dessas mulheres das elites paraibanas que se destacaram não só como articulistas, mas, em especial como articuladoras de ideias feministas de defesa dos direitos das mulheres, inclusive com estreita relação com as ações lideradas por João Pessoa na década de 1930.

O resultado da análise de um desses espaços, na imprensa paraibana, no caso específico do jornal A UNIÃO, permitiu-nos perceber categorias que servirão como bases explicativas do debate propugnado pelos artigos publicados nos anos de 1930. Dos artigos apresentados pelas mulheres da APPF dividimos o texto em duas dimensões presentes nos debates: a política e a educativa.

É importante destacarmos a preparação de uma parte da sociedade paraibana desde 1931 para a instalação da Associação com ao artigo intitulado: A mulher e as ideias modernas, Comunicado de transocean direto de Berlin para Agência Brasileira., que eram

telegramas enviados ao Jornal A UNIÃO de como estava o andamento dos direitos femininos já conquistados em alguns países da Europa.

Ao longo dos anos 1931 e 1932 percebemos que esses artigos oriundos do exterior refletiam como as mulheres vinham conquistando os seus direitos em diversos países como a Alemanha, França e Portugal.

Provavelmente nunca existiu tão marcado antagonismo entre a mentalidade de uma geração nova que chega para colaborar na vida do país e geração passada. É facto de que a guerra provovou no rhytmo da vida social uma aceleração mais viva do que em qualquer outra época da humanidade. Mentalmente o mundo avançou mais depressa nesses anos tormentosos, em que a tempestade se desencadeou resolvendo todos os valores e trazendo para a discussão diária o mais vetusto princípios de moral. (Jornal A UNIÃO, 06 de março de 1931 , p.5)

Fica evidente no artigo intitulado As contribuições da guerra a necessidade de reavaliação dos valores morais, imbuídos do feminismo bem-comportado. No artigo do dia 13 de junho de 1931, com o título Primeiro Congresso Feminino Mineiro, a senhora Analice Caldas convoca as mulheres Paraibanas para representarem a Associação nesse Evento que deu título ao texto jornalístico. Antes da efetiva instalação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, percebemos a movimentação na participação dessas mulheres, futuras sócias, nos congressos femininos de Belo Horizonte e no Internacional no Rio de Janeiro.

A sra. Rosalina Côelho Lisboa representando a mulher Parahybana no Congresso Internacional Feminino, teve um papel brilhantíssimo, saudando as congressistas em cinco idiomas: português, francês, alemão, inglês e espanhol (Jornal A UNIÃO, 24 de julho de 1931 , p.3)

Pela primeira vez nos artigos analisados, aparece o nome da Federação Brasileira pelo Progresso feminino com nota publicada em 04 de agosto de 1931, um texto da vice-presidente agradecendo ao Interventor Federal e a representação da poetisa Rosalina Lisboa no II Congresso Internacional Feminista na cidade do Rio de Janeiro.

A preocupação do feminismo com o sufrágio universal fora destacado no artigo de 27 de janeiro de 1933, com o texto As mulheres que votam são menos livres que as que não desfructam esse direito.

Paris- (pelo aéreo)- A srta. Susanne Basdevant, distinta jovem parisiense é a primeira mulher a ser admitida no Instituto dos Advogados da França. Dedicase Ella especialmente aos estudos dos problemas relacionados como direito constitucional. Diz a Srta. Bandevante que visitou diversos com o ensejo de verificar que nações onde existe o suffragio feminino (Jornal A UNIÃO, 27 de janeiro, 1933, p.1)

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento para estender o direito de voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, para a autora Guacira Lopes Louro (1999, p.23), esse movimento sufragista, passou a ser reconhecido como “ a primeira onda do feminismo”. Seus objetivos estavam ligados à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões.

Significa dizer, que com o decorrer do tempo a mulher adentrou nos espaços de ações políticas, quando conscientemente deixa emergir sua capacidade de lutar para atuar como cidadã numa sociedade sexista.

A Associação era estruturada através de uma diretoria composta por mulheres de destaques na sociedade paraibana pela atuação na instrução pública. Tendo como presidente: Lylia Guedes, vice-presidente: Olivina Carneiro, secretária: Alice de Azevedo Monteiro, oradora: Albertina Correia Lima, tesoureira: Francisca de Ascensão Cunha e bibliotecária: Analice Caldas (MACHADO, NUNES, 2007).

Acha-se instalada na Escola Normal a “Associação Parahybana pelo Progresso Feminino”. Vem conseguindo êxito a APPF, fundada por um esforçado grupo de senhoras e senhoritas de nossa elite social e destinada a propugnar pela cultura e direitos a mulher conterrânea.

(Jornal A UNIÃO, 21 de maio, 1933)



Foto 02: Artigo com a publicação da instalação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1933.

O principal objetivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era o reconhecimento dos direitos da mulher, entendiam que para esses direitos serem reconhecidos, era preciso a elevação do nível de instrução feminina. Baseado neste princípio o primeiro artigo do Estatuto da Federação Brasileira defende à promoção da educação da mulher, enfatizando que não avançaria em qualquer área, se antes não lhe fosse dada a educação plena (MACHADO, NUNES.2007).

As filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino- FBPF instaladas em diversos Estados do Brasil tinham como prioridade a luta pelo voto e o direito à educação. No caso específico, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino ao circular a notícia de sua instalação assegura que funcionará:

[...] mais ou menos nos moldes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino são: 1º Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2º Proteger a mãe e a infância; 3º Obter garantias

legislativas para o trabalho feminino; 4º Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5º Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres interessá-las pelas questões sociais e de alcance público. (JORNAL A UNIÃO, 21 de maio, 1933)

A análise dos estatutos da Associação considerará a mediação dessa documentação inserida num processo que construiu sentidos, não na definição intrínseca, absoluta e única, mas considerando a possibilidade de visualizar as práticas discursivas que produziram esse ordenamento (CHARTIER, 1990, P.28) na construção de um espaço social de participação feminina.

Considerando esse documento, as primeiras ações da Associação foram a fundação da biblioteca e de uma aula de língua. Essa iniciativa corrobora a tese, já anunciada, que evidencia a preocupação com a educação feminina.

Tem despertado o mais vivo interesse em rodas ocultas de nossa capital a fundação e organização da biblioteca desta Associação. Ofertas apreciáveis pela quantidade de volumes e seleção de assuntos estão enriquecendo a notável instituição e tornando-a bem aparelhada para o fim a que se destina (Jornal A UNIÃO, 30 de junho de 1933).

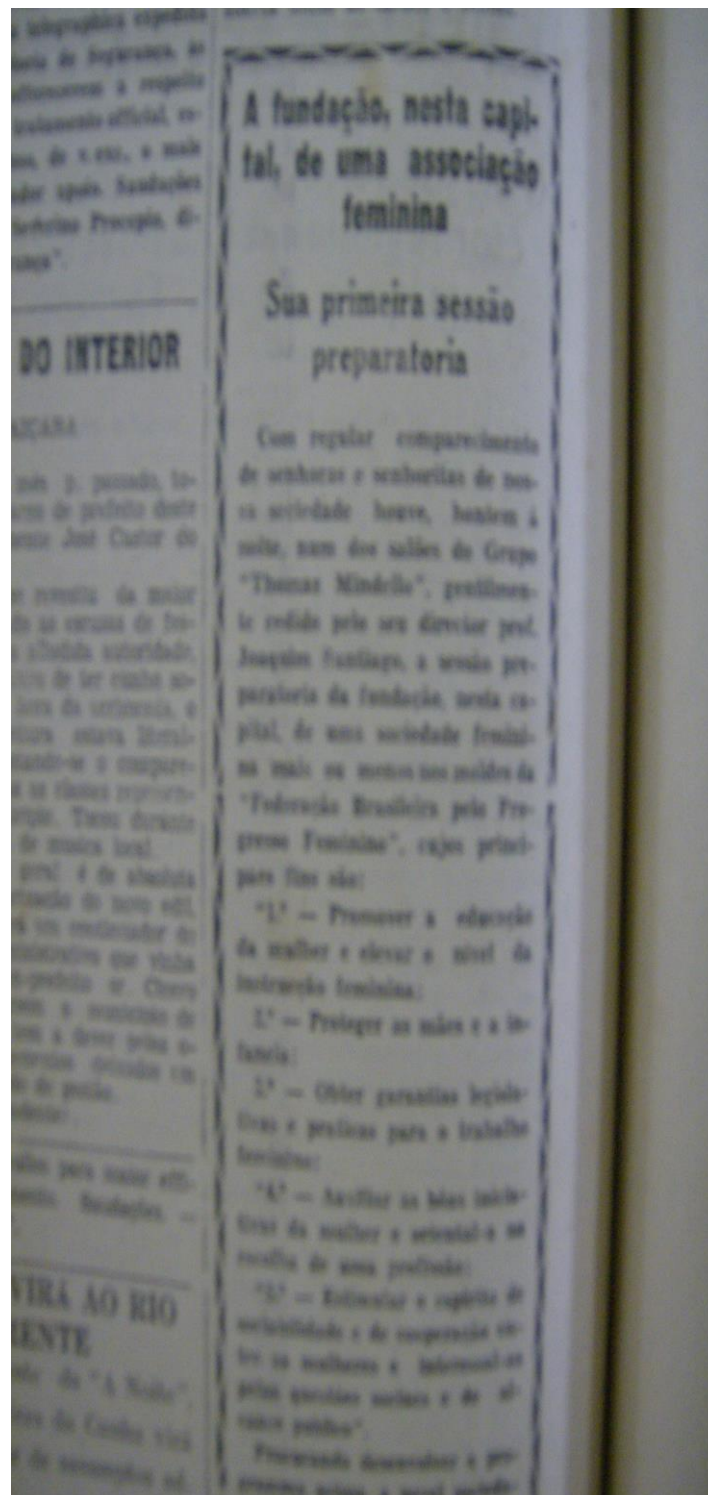


Foto 03: Foto da Primeira sessão preparatória da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino contendo o estatuto da Associação. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1933.

A movimentação para a criação da biblioteca e as doações conseguidas nos dão elementos para percebermos o lugar social das sócias da Associação visto que representavam figuras que se destacavam da elite paraibana na década de 1930 e, portanto, com significativa

representação para agir tanto no campo político e educacional, conforme demonstraremos na seqüência do próximo capítulo.

Todos os nomes que foram a diretoria actual da sociedade, têm uma alta significação no seio do magistério e da sociedade paraibana. Nomes que são uma flammula da Victoria ganha na luta diária por um lugar de honra na vida humana. A presidente Lygia Guesdes representa ali, com sua bela cultura e seu entusiasmo útil, um desdobramento de múltiplas capacidades, na orientação dos núcleos de educação. Profa. Olivina Carneiro da Cunha tem largas credenciais de valor e sua energia e sua nobreza brilhantes são uma garantia para associação. Analice Caldas é uma irradiação de talento, de idealismo, de sentimentalidade. Dra. Albertina Lima, uma physionomia onde está sempre aberta a flor de um sorriso. D. Alice Monteiro, a fundadora do jardim de infância ali que tem nisso o mais belo florão. Dra. Ascensão Cunha que harmoniza em todas as suas qualidades que forma a cabeça desse “pássaro azul” que é a Associação(...) A Parahyba intelectual que há muito tempo vive enconlhida, vae ergue-se pelo incentivo, pelo trabalho de suas mulheres (Jornal A UNIÃO, 31 de maio de 1933).

Podemos perceber o lugar social das sócias da Associação que faziam parte da elite Paraibana no período Republicano. É importante caracterizarmos politicamente conforme categorias elencadas a Revolução de 30, período compreendido da fundação da Associação.

A Revolução de 30 é divisora das águas na história política do Brasil, pois marca a solidificação de uma economia fundamentada na indústria, que tem consigo a elevação de uma classe social que viria delimitar os destinos econômicos do País.

Para Fausto (2000, p. 19) firmaram-se um choque de ação entre a aristocracia cafeeira, o setor representante da herança de uma estrutura agrária arcaica, e a nova classe industrial, representantes do capitalismo imperialista que principiava a fortalecer após a Primeira Guerra Mundial.

Na Paraíba, a Revolução de 30, uniu-se de tal maneira á ação político-administrativo do presidente João Pessoa que este teve um fim como ato histórico, pois sua morte serviu de estímulo a deflagração da Revolta. O envolvimento de João Pessoa com a Revolução de 1930 iniciou-se em julho de 1929, por ocasião da abertura da sucessão Nacional. O fim presidencial da chamada aliança café-com-leite, onde havia o jogo da sucessão de alternância do poder.

De acordo com artigo publicado no jornal A UNIÃO, podemos perceber uma homenagem ao político João Pessoa.

Em toda a campanha política que vimos de vencer a mulher Parahybana teve papel saliente. Vico João Pessoa, o grande martyr na nova república, não lhe faltou um só instante a solidariedade dos mais destacados elementos femininos de nossa terra (...) A todas as homenagens prestadas a memória do inolvidável brasileiro, mesmo as que significavam gestos de vindicta contra os seus ferrenhos adversários, associou-se veemente e eficientemente, a mulher parahybana. Ainda agora, temos a registrar mais uma prova de como está permanente no coração e no espírito de nossa patrícias, como acontece com todo parahybano desse nome, a mais dolorosa e cruciante saudade de João Pessoa. (Jornal A UNIÃO, 09 de novembro de 1930).

3.3 Imprensa como instrumento do processo civilizatório

A historiografia contemporânea tem privilegiado temáticas relacionadas às formas culturais, que são elaboradas no processo de construção da vida social. Portanto, a história da educação no Brasil constitui-se um campo rico para investigação.

Os artigos publicados pelas sócias da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino percebiam o jornal, ou melhor, a imprensa como instrumento desse processo civilizador presente no discurso de Juanita Machado.

O jornalismo nós o sabemos, vale pela idéias que propaga, pelos incentivos que espalha, pela elegância da voz, clarim da mentalidade de um povo. Sua percussão fica reboando através dos tempos, como o signaculo mais nítido de uma época; elle é o marco luminosa de propagando de todas as tentativas, é enfim o gigante das botas de sete léguas, levando o facho das civilizações por esse mundo a fora. Nós, que muito devemos ao jornalismo prestigioso e inteligente de João Pessoa, pedimos aos representantes d'elle, aqui presentes que transmitam ao seus jornaes o “muito obrigado” profundamente sincero da associação feminina. (Jornal A UNIÃO, 25 DE JULHO DE 1933).

Percebemos a importância dada por Juanita à imprensa e ao importante papel na construção do processo civilizador. Objetos que começam a dar maior visibilidade e complementação da história educacional Brasileira dentro de condições particulares, ou seja, há uma grande preocupação da nova historiografia em rever conceitos, de trabalhar com outras possibilidades e orientações teóricas. Neste contexto, o jornal *A União*, passa a ser fonte fundamental da pesquisa, concordando com Franco Cambi (1999), quando afirma que:

A história da educação é, hoje, um repositório de muitas histórias, dialeticamente interligadas interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação” embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua fenomenologia. Não só: também os métodos (as óticas, por assim dizer) têm características preliminarmente diferenciadas, de maneira a dar a cada âmbito de investigação a sua autonomia/ especificidade (CAMBI, 1999, p. 29)

A abordagem na História das Mulheres e relações de Gêneros nos estudos históricos relacionam-se com as transformações ocorridas na própria escrita da história, que elegeu para análise grupos sociais até pouco tempo excluídos do meio acadêmico bem como se relaciona com o feminismo a partir da década de 60.

A categoria gênero articula-se com outras categorias, como raça e classe, a partir da década de 80. O interesse por estas comprovam não apenas o compromisso do historiador com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também a convicção de que as desigualdades de poder se organizam baseadas nesses três eixos. Nesta perspectiva, acreditamos que para compor uma parcela dessa história, os artigos do *Jornal A União* vem a somar novas orientações metodológicas que permite realizarmos:

Uma aproximação do momento de estudo, não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem-nos recuperar vieses que ficam perdidos nas análises historiográficas posteriores (VIDAL; CAMARGO, 2000, p. 408)

Sob esta premissa podemos observar e compreender a trajetória das relações sociais, suas particularidades e especificidades que proporcionam o “reconstruir” da História. Portanto, os jornais caracterizam-se primeiramente pela difusão de informações, isto não significa que são imparciais ou neutros diante dos acontecimentos do cotidiano. E também, por serem formadores de opinião pública, pelo fato de disseminarem análises a respeito do contexto político, educacional, comercial, religioso, entre outros.

Portanto, é impossível compor uma história única, de um objeto particular, há pluralidades de interpretações históricas, pois a história deve ser entendida como estudos dos processos com os quais se constroem um sentido para os fatos. “A História tem hoje, mais consciência do que nunca da sua plenitude, do seu valor e de sua intangibilidade. Em seu caráter inexato, ato de que não deve ser e nem necessitar ser uma ciência normativa, é precisamente onde reside sua própria segurança” (HUIZINGA, 1992, p. 71).

Argumenta Norbert Elias sobre os embates que resultaram em mudanças do contexto histórico:

Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que à vontade ou a razão das pessoas isoladas que a compõe. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador [...] A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos da configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas saiam mais ou menos dependentes entre si. Inicialmente pela ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidade recíprocas socialmente geradas, elas existem apenas como pluralidades, apenas com configurações (ELIAS, 1993, p. 194).

A aprendizagem social resultante como processo de configuração social, gerados pela interdependência que determina o curso da mudança histórica pelo processo civilizador. Processo esse, que através da publicação dos artigos pelas sócias da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino obtiveram importante contribuição com a fundação e instalação da referida Associação.

No próximo capítulo discorreremos sobre as contribuições no campo educativo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino com a fundação de doze núcleos voltados para promoção da educação feminina.

Capítulo 4

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e as contribuições educativas

[...] Todas nos sabemos que a equidade social e jurídica da mulher, depende do grão de cultura de cada povo, estamos certas, por isso mesmo, que essa equidade para nos brasileiras não será adquiridas sem lutas e sem riscos (Juanita Machado, Jornal A UNIÃO, 25 DE JULHO DE 1933)

O exame da documentação evidenciou a preocupação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino com a educação. Na tentativa de ações voltadas para a informação e formação das mulheres, as ações sociais e políticas se misturavam à iniciativa educacional. A própria criação da Associação e o seu desdobramento em doze núcleos de ensino pode ser considerada significativa dessa intenção, conforme apresentaremos na sequência dessa narrativa a partir da análise dos estatutos da Associação, bem como dos artigos publicados no Jornal A UNIÃO acerca desta Instituição.

4.1 Ações sociais: a influência religiosa como ato político

Beatriz Ribeiro escrevia que: (Jornal A UNIÃO, 19 de abril de 1934. p. 9).

[...] está exuberantemente provado não ser a A.P.P.F. comunista. Nem fascista. Nem hitlerista. Nem anti-clerical. Nada disso. Ainda não houve discurso nas praças públicas em os quais fossem pregados a emancipação social total das mulheres com a doação do vestuário masculino e outros quejados prognósticos. Pelo contrário. A “Associação” prova que não é ultrafeminista, ultimamente se bateu em prol do movimento tendente a não incorporar a mulher ao serviço militar, cumulo de ridículo concebido por obra e graça do General Góis Monteiro.

Ao analisar o discurso da professora Beatriz Ribeiro, percebemos a preocupação da definição política, social e econômica situada no momento histórico da década de 1930.

O ponto de vista das feministas paraibanas repercutidos nesse assunto está evidente nas falas de suas principais lideranças e em consonância com o manifesto da “Federação Brasileira”, isto é, que as mudanças no comportamento das mulheres não significavam uma

ruptura brusca e completa com o passado, com a forma de organização da vida social e com os valores tradicionais que nortearam suas existências até então. Não viam incompatibilidade entre ter uma casa, marido e filhos e exercer a cidadania política, materializada pelo exercício do voto livre, ou atuar profissionalmente fora do lar, temas que assustavam, haja vista as perspectivas de mudanças que poderiam produzir.

Bandeiras levantadas por muitas mulheres o que lhes valeu a denominação de feministas, temas como elevação da educação feminina, voto feminino e o trabalho fora do lar eram ditos feministas.

O feminismo, em sentido amplo, é um movimento político em que se questionam as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Defende a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres. (TELES, 1999 p.10).

Beozzo (1986), ao se referir à situação da Igreja Católica na ascensão e na crise da ordem liberal no Brasil, afirma que a Instituição Católica perdia por toda parte o seu poder, à medida que as elites delas se afastavam, passando a encontrar no liberalismo e no protestantismo os substitutos da visão de mundo proposta pelo Catolicismo. Era preciso cristianizar a sociedade brasileira, visto que o Estado organizado pelo sistema republicano havia retirado Deus de suas instituições, razão por que era preciso livrar a pátria das mãos malélicas do liberalismo e do protestantismo.

Logo ao se espalhar a notícia da criação da referida Associação, deu-se início o incômodo de certos segmentos da sociedade mais conservadora. A esse respeito, Beatriz Ribeiro tece o seguinte comentário sobre os momentos que se seguiram à fundação de uma “Associação Feminina” na capital. (A UNIÃO, 19 de abril de 1934. p.9).

Tal ocorrência provoca alaridos, o local como se diz comumente, ficou um pé de guerra. Organizaram-se partidos. Pouco faltou para que fossem vistos cavalos ajaezados, lanças em riste, numa plena demonstração de idade média. [...] Em meio à tormenta, porém, deu-se uma coordenação de elementos de ouvidos fechados a maus agouros. Em marcha estava a nova cruzada.

Ela se referia à crítica de setores ligados à Igreja Católica, ao saber da fundação de um “núcleo feminista” na capital. Beatriz Ribeiro era também umas das sócias fundadoras da APPF.

A pesquisadora Ana Maria Coutinho(2001), no artigo intitulado: Literatura e memória: resgate das escritoras paraibanas no final no século XX apresenta a biografia de algumas das sócias da APPF.

A bacharel em direito e oradora Albertina Correia Lima, advogada e jornalista, teve participação fundamental na luta pelo voto feminino, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e na Associação Paraibana de Imprensa. Atuou como jornalista em dois jornais de circulação nacional O Correio da Manhã e O Jornal de Pernambuco e em outros de várias capitais do Nordeste. Publicou, entre outros escritos, Georgina, a estrutura da Terra em 1922; A Mulher e seus Direitos em Face da nossa Legislação, em 1933, ambos divulgados no jornal A UNIÃO em 1933.

Em artigo publicado no Jornal A UNIÃO, (05 de abril de 1933), a bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Lylia Guedes, na época então primeira presidente da Associação feminina, também escreve sobre essas críticas à APPF como oriundas de certos padres e de outras associações femininas ligadas diretamente à Igreja.

Logo ao circular a notícia de nossa Instalação, algumas associações catholicas eram advertidas pelos seus directores espirituais de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pela Dra. Bertha Lutz – sociedade por cuja iniciativa fora fundada a nossa, pregava idéias contrarias ao catholicismo. (Jornal A UNIÃO, 1933, p. 33).

Nesta linha de pensamento, a Igreja declarava, por meio dos veículos de imprensa, a necessidade de se cristianizar a República. Como uma de suas estratégias, podemos citar a Criação do Movimento Noelista na Paraíba (1930-1945), cujo perfil é colocado como apropriado para o que a Igreja objetivava.

De acordo com COSTA (2009), o Movimento Noelista, grupo leigo oriundo da Igreja Católica e formado por senhoras da sociedade com uma boa formação escolar, além de penetração no mundo social e feminino. Para a autora, todo o empenho depositado pelas noelistas para formar a mulher dentro dos padrões morais cristãos, se constituiu em uma força de reação aos novos padrões femininos da época, em que se evidenciavam oportunidades e condições para assumirem papéis que fugiam do padrão de mulher ideal aprovado pela Igreja. A maioria das noelistas era professora da Escola Normal, formadoras de opinião; outras,

religiosas que se dedicavam aos assuntos da Igreja, com o intuito de controlar atitudes contrárias à ordem tradicional.

As noelistas assumiram a função de formadoras e influenciadoras do “verdadeiro” papel feminino na sociedade, sem desprezar a formação intelectual feminina que consistia nos estudos aprofundados dos dogmas católicos. Acreditava-se que somente com um exército bem formado, poder-se-ia ganhar uma luta. E este era o intuito do movimento: formar, na juventude feminina, uma sólida cultura cristã, para combater os “males” que atingiam a sociedade.

O caráter leigo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino assumido publicamente era, em princípio, o principal motivo dos questionamentos, ainda que não hostil à igreja, representava na perspectiva católica a possibilidade da crítica aos ensinamentos religiosos. Dessa forma, as representações presentes no imaginário da sociedade sobre as ideias oriundas do movimento sufragista Europeu e Norte-Americano, consideradas na época preocupantes, tornavam a APPF mal vista pelos seus adversários. De acordo com Tavares (1975), as tensões foram aliviadas pela intervenção do próprio Arcebispo D. Aduato. Como defende o Cônego Francisco Lima no livro D. Aduato. (autor? 1959 p.199/200).

Chegou a questão ao Arcebispo, e este, tendo em vista os fins elevados da Sociedade e o fato de não hostilizar ela a Igreja, exaltando-a pelo contrario e reconhecendo-lhe a grande benemerência – apoiou moralmente a Associação Paraibana para o Progresso Feminino, não aprovando a campanha que se lhe fazia.

Apesar do seu caráter leigo, a maioria das frequentadoras eram católicas, com um número reduzido de adotantes de outros credos religiosos, “[...] suficientemente sincero e coerente para tentar impor tagiversós de qualquer natureza”, dizia Beatriz Ribeiro. (A UNIÃO, 19 de abril de 1934, p.9). A resposta sobre as intenções da APPF veio em tom mais ameno pouco depois (artigo anônimo) no mesmo jornal. (A UNIÃO, Domingo, 25 de abril de 1934. p. 3).

Confesso que recebi com certa reserva a noticia de que aqui se fundara uma sociedade com o nome bombástico de “Pelo Progresso Feminino”, supondo que a nova Associação erguer-se-ia sobre alicerces sufragistas... [...] A emancipação feminina, nos moldes que certos lideres proclamam, ainda não se casa aos novos costumes provincianos. [...] Vejo que fui precipitado no meu juízo. “Sociedade pelo Progresso Feminino” nem está destinada a essas cuminencias, nem paira na estagnação da superfície, absorvida no

misticismo que caracteriza o tipo de outras associações de seu sexo. Fica no centro, fica naquele ponto onde se deve encontrar o equilíbrio estável.

Apesar do rótulo leigo, a orientação religiosa era preponderante entre as sócias da APPF e uma inestimável vantagem tática para obter o apoio dos diversos segmentos da sociedade na luta pelos direitos políticos. Essas mulheres, de classes média e alta, escolarizadas, inteligentes, exercendo profissão fora do lar, pareciam como que predestinadas a elaborar uma dupla missão: mostrar serem compatíveis às atividades do mundo privado com as do público e reconciliar a política com a religião católica, reconduzindo esta última para o interior do Estado Nacional. As sócias se posicionavam “[...] interinamente alheia a qualquer movimento sectarista, conservando cada associada as suas convicções políticas ou religiosas.” (Jornal A UNIÃO, 1933, p.8).

Mesmo diante do posicionamento das sócias ao “conservar suas convicções religiosas”, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino manteve-se com o caráter leigo. Fica evidente, a preocupação da Igreja Católica com os ideais feministas propagados pela APPF, em uma sociedade extremamente patriarcalista e conservadora. Esses discursos podem ser compreendidos, de acordo com Certeau (1998) como equilíbrios simbólicos e contratos de compatibilidade, como táticas para conseguir alianças com setores influentes da sociedade.

O texto de Michel de Certeau (1998) discute as táticas de consumo, úteis para pensar os atos políticos, inclusive os dos feminismos em geral e, em especial, o de Bertha Lutz e de tantas mulheres de seu tempo. Os feminismos, tão plurais, são produtos culturais; têm-se transformado a cada tempo e espaço. Sua circulação num dado ambiente sempre se viu diante de processos culturais que, conforme Certeau (1994, p.44-45), articulam conflitos e legitimam, deslocam ou controlam "a razão do mais forte". Os feminismos se desenvolvem sob tensões e, muitas vezes, violências. Daí, "equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromisso mais ou menos temporários". São táticas do consumo, "engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas".

Práticas cotidianas dos feminismos também ofertam produtos culturais em meio a grandes batalhas na guerra contra as desigualdades. Lançam mão de estratégias e táticas, aproveitando, racionalmente, ocasiões para objetivação de desejos e projetos. Disso não

escapa a experiência em tela. A moderação, a aproximação dos poderosos e tantas práticas confundidas com as de domesticação, no caso, são também armas de lutas, mostram Rachel e Certeau (1999).

Diante dos artigos publicados no Jornal A UNIÃO pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, percebemos a oscilação entre o questionamento e a aceitação do *status quo*, revelando algumas vezes contradições entre o desejo de ultrapassar o estágio atual e medo de ferir os padrões vigentes, arraigados por valores tradicionais de uma sociedade patriarcal. Como nos remete Lopes (1994), o que move a pesquisa são as questões, que o seu tempo propõe-lhes, não bastam os argumentos científicos, é necessário ter uma “disposição” para saber.

4.2. Ações educativas

O 1º artigo dos estatutos da Associação enfoca a elevação da educação da mulher sistematizando essa preocupação na própria organização dos núcleos:

Para desdobrar o vasto programma educativo, recreativo e caricativo que a associação adoptou foi resolvido a criação de diversos “núcleos” onde cada assumpto será cuidadosamente desenvolvido, obedecendo à seguinte distribuição:

- 1º) Literatura e Cultural da Língua materna
 - 2º) Brasilidade –Geografia e História Pátria
 - 3º) Francês
 - 4º) Inglês
 - 5º) Alemão
 - 6º) Italiano
 - 7º) Economia – Doméstica
 - 8º) Cultura Physica
 - 9º) Prendas Domestica –Pintura
 - 10º) Jogos Recreativos – Música
 - 11º) Benificencia
 - 12º) Educação Política – Social Noção de Direito Usual”
- (Jornal A UNIÃO, 15 DE MARÇO DE 1933)

De acordo com o Jornal A UNIÃO, após a criação dos núcleos educativos a procura para realização de inscrições para se matricular nos cursos foi bem significativa.

Cada núcleo era ministrado por uma sócia que possuía domínio do conteúdo a ser ministrado. Para a realização dessas atividades, as sócias ministrariam os cursos de acordo

com o interesse de cada uma. A classe seria formada se houvesse no mínimo cinco inscritos para cada curso. Em relação ao conteúdo ministrado nesses cursos, a evidência para o caráter de assistencialismo praticado pela Associação pode ser visualizada na matéria a seguir.

Cada sócio dispensará aos outros o auxílio que estiver ao seu alcance no ponto de vista educativo [...]. Cuidar-se à desde logo na fundação de uma biblioteca. Esta associação pensa em cuidar desta palpitante problema que é mendicância em nossa terra. Auxiliar as moças pobres para que recebam uma certa instrução que as habilite a um meio de vida honesto é outro objetivo (JORNAL A UNIÃO, 15 DE MARÇO DE 1933)



Foto 03: Artigo com a distribuição da fundação dos núcleos educativos. Fonte: Jornal A UNIÃO, 1933.

Fica clara a preocupação da Associação com a educação feminina, visto que houve a fundação dos núcleos para as moças pobres com o intuito de formação intelectual para o

exercício de uma profissão. O artigo, Um leve Conceito, publicado por Olivina Carneiro da Cunha, na Página Feminina, trouxe críticas à educação informal dando subsídios para a importância da efetivação da educação formal como base para a formação das mulheres.

A defesa da institucionalização da educação para mulheres pode ser interpretada como uma crítica à educação doméstica oferecida às mulheres. Essa modalidade de instrução comum à época servia, muitas vezes, como um instrumento de controle social, agindo para reforçar a existência de diferenças naturais defendidas culturalmente pela sociedade como um todo. Afirmar como essa “[...] A natureza faz-nos masculinos ou femininos, e as crenças de valores de nossa cultura fazem-nos a espécie dos homens ou mulheres que nos tornamos [...]” (LEITÃO, 1981, p. 10) poderia ser comum nos valores transmitidos nessa, ainda incipiente, forma de educar as mulheres.

De acordo com o autor supracitado, desde pequenas, além dos valores morais de inferioridade feminina, as meninas já eram orientadas, desde pequenas, para aprenderem dotes domésticos, através das suas próprias brincadeiras: “[...] quando criança, a menina é induzida a brincar de comidinha, de casinha, de gente grande (pinta-se, calça sapato alto, veste-se com as roupas da mãe, etc) e os meninos a jogar bola, brincar de cowboy, de mecânico, etc” (LEITÃO, 1981, p.52). A construção desse posicionamento sempre ocorre de maneira colocada como natural, já que para as crianças o controle da postura ainda estava em formação:

As raízes da nossa individualidade são profundas e nos escapam, pois não nos pertencem, foram outros que as cultivaram para nós, sem que disso tomássemos consciência. A menina que aos quatro anos contempla estática a própria imagem no espelho já se acha condicionada para essa contemplação pelos quatro anos precedentes [...] (BELOTTI, 1975, p. 8).

O isolamento proporcionado por uma educação estritamente doméstica, contraditoriamente pôde ter desenvolvido em algumas mulheres a possibilidade de encontrar na educação considerada formal à época uma maneira de alcançar a emancipação em relação ao controle masculino das suas ideias e atitudes. Em contraposição ao ideal da boa dona de casa e submissa ao marido, a socialização da educação oferecida em espaços públicos poderia possibilitar acesso ao mundo do trabalho e aspirações políticas e intelectuais.

No Brasil, uma das principais defensoras dessas ideias foi Nisia Floresta, professora autodidata que denunciava a condição de submissão das brasileiras (LOURO, 1997, p. 443).

Considerando a história de desigualdades sociais do Brasil, importante ressaltarmos que a possibilidade de uma boa educação e conseqüentemente à garantia dos direitos políticos era mais acessível às classes economicamente mais abastadas. O discurso proferido pela Sra. Albertina Correia Lima, sócia da Associação, em defesa da concessão de direitos demonstra a importância da educação para a preparação das mulheres para atuação nas diversas modalidades de atuação.

O direito nasce das necessidades sociais. Deve corresponder as aspirações coletivas. As leis e instituições são productos da intelligencia humana. (...) A concessão dos direitos civis e políticos a mulher, é portanto um colario muito lógico dos princípios liberais e igualitários que regem as sociedades modernas (...). Não se trata de uma simples conquista da civilização. Mas, sobretudo, de uma justa reivindicação dos direitos espalhados pela prepotência masculina, desde as mais remotas eras (...) a mulher actual tem individualismo. Precisa **educar-se**, porque a educação tem por fim desenvolver as energias latentes, as possibilidades e aptidões do indivíduo e Ella precisa preparar-se para a vida em suas diferentes modalidades (JORNAL A UNIÃO, 22 DE FEVEREIRO DE 1933).

De acordo com Louro (1997, p.22), a dimensão histórica torna-se imprescindível para compreendermos as diferenças construídas entre os gêneros. As escolas brasileiras foram criadas, desde o Império, separadamente para meninos, obviamente com maior número, ensinados por professores, e para meninas, regidas por professoras. Esses profissionais deveriam ser pessoas com moral inquestionável, já que se responsabilizariam pela educação dos filhos de outras famílias. A educação era ensinada considerando as práticas diferenciadas para meninos e meninas:

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina crista, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (DEL PRIORE, 1997, p. 444).

Além dessa distinção, as diferenças existiam também em relação às etnias e à posição social. Por isso o ensino tornou-se algo mais complicado no caso das crianças negras e indígenas. Essas últimas geralmente recebiam alguma educação de ordens religiosas, que na verdade tinham como objetivo principal cuidar da manutenção da ordem, dedicando-se à

educação das órfãs, para que não se desviassem da moralidade e tivessem mais chances de conseguir um bom casamento (DEL PRIORE, 1997, p. 445).

O surgimento das primeiras escolas não pôs fim à instrução dada por professoras particulares em suas próprias casas, geralmente com noções de piano, francês e também habilidades para bordado, culinária e até o mando para com as criadas. A intenção, conforme já demonstrado, era prepará-las para terem o domínio do lar, garantindo, dessa forma, a manutenção de uma estrutura social marcada pelo conformismo e abnegação.

[...] as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. (LOURO, 1997, p. 446).

Talvez, podemos concluir que a exaltação da moralidade estivesse diretamente ligada e influenciada pelo pensamento cristão que, para muitos, deveria dar base à educação feminina, conforme a própria posição assumida pelas sócias da APPF. No caso do Brasil, quando se fala de formação cristã, remetemos ao catolicismo especificamente, referência para o país, mesmo com a separação oficial, através da República, entre Igreja e Estado.

Através da dicotomia entre Eva e Maria, a Igreja demonstrava às moças a necessidade de viver de acordo com o modelo de pureza da Virgem Maria, cumprindo a sagrada missão da maternidade (LOURO, 1997, p. 447).

Não era só o pensamento da sociedade que insistia em manter as mulheres afastadas da educação. A falta de formação profissional no Brasil dificultava, não só a formação feminina, mas a de toda população.

A organização dos núcleos pode ser compreendida dentro dessa necessidade de universalização da educação para as mulheres:

Já se acham organizados diversos núcleos desta móvel associação. Na Semana corrente irão funcionar as aulas de português, francês, inglês e declamação, esta ultima a cargo da distinta escriptora e jornalista Sra. Joanita Machado que, gentilmente se offereceu para assim prestar o seu valioso concurso à associação. (JORNAL A UNIÃO, 19 DE ABRIL DE 1933).

Devido ao grande número de inscritas a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino passou a funcionar no prédio da Escola Normal cedido pelo interventor Gratuliano Brito.

Vem conseguindo inteiro êxito a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, fundada por um esforçado grupo de senhoras e senhoritas de nossa elite social e destinada a propugnar pela cultura e direitos da mulher conterrânea. As inscrições respectivas, conforme comunicação que recebemos da secretaria da mesma agremiação, haviam sido suspensas desde o dia 22 de abril, em vista do numero sempre crescente de associados, e da incapacidade da sede provisória respectiva. Agora, entretanto, resolvido o problema que será no edifício da Escola Normal, cedido gentilmente pelo Sr. Interventor Gratuliano Brito. (JORNAL A UNIÃO, 31 DE MAIO DE 1933).

Como reconhecimento da doação do prédio da Escola Normal para funcionar a Associação, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino promove uma festa em homenagem ao interventor Gratuliano Brito, ao cônego Mathias Freire e a imprensa.

Exm Sr. Interventor o gesto desassombrado e generoso, com que V. Exc acolheu a nossa associação (...) pondo a disposição de nossa sociedade os salões da Escola Normal, foi como si lhe desse azas, ampliando, multiplicando do incalculável, as suas possibilidades educativas e beneficentes. Aqui poderá dar expansão ao nobre e útil programma apenas começado, programma que aspira a uma constante elação da mentalidade feminina, que deseja se utilize de modo nacional a intelligencia e capacidade produtiva da mulher, fazendo dela um factor útil, livrando-a, sobretudo do atavismo inconsciente que a tornou um simples motivo de lirismo gongorico.(...) Todas nos sabemos que a equidade social e jurídica da mulher, depende do grão de cultura de cada povo, estamos certas, por isso mesmo, que essa equidade para nos brasileiras não será adquiridas sem lutas e sem riscos . (JORNAL A UNIÃO, 25 DE JULHO DE 1933)

Como reconhecimento da doação do prédio da Escola Normal para funcionar a Associação, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino promove uma festa em homenagem ao interventor Gratuliano Brito, ao cônego Mathias Freire e a imprensa. No artigo escrito por Olivina Cunha fica evidente a preocupação com a fundação dos núcleos prioritariamente de línguas e brasilidade.

Para inicio, fundamos os núcleos de língua e de brasilidade que servimos para alargar os conhecimentos das congregadas, tornando-as capazes de edificar e admiraves conquistas do mundo literário e científico. (...) Exercitaremos a intelligência, a tenção, o raciocínio e a reflexão e, sobretudo, desenvolveremos e fortificaremos o sentido muscular que é de importância pricipuo em nossa vida um pedagogo conceituado, é uma escola de pensamento e vontade. A matemática também é ensinada com verdadeiro

interesse. Sabemos de quanto é imprescindível o seu curso para qualquer ramo da vida abracemos. As prendas domesticas com fins utilitários e econômicos, a musica, que auxilia e melhora o espírito elevando- o gigantescas conceções são outros núcleos que nos prendem atenção. Finalmente, avulta o mais nobre aquelle que resule um poema de beleza incomparável- o da beneficência.

O núcleo da beneficência era de grande importância para ajuda dos desassistidos como o chá promovido por esse núcleo para ajuda na construção de obras de caridade.

No artigo publicado pela Associação na Página Feminina intitulado Escola Nova, percebemos como essas mulheres percebiam os ideais da educação baseado nos ideais da Escola Nova que acabava de ser implantado no País pelos educadores fundadores da Escola Nova no País.

Em João Pessoa fizemos os primeiros passos em prol da escola renovada (...). Salas de aula enfeitadas de luz, de ar, de sol, de alegria sã e garrida das crianças, surjam como jóias, tornando atraentes os grupos escolares (...). Salas colmêas de escola ativa, onde o professor é um companheiro mais velho dos alunos a quem eles se podem sempre dirigir na certeza de que são sempre atendidos gentilmente (...) Obra de cooperação social é a escola de hoje, escola nova. Escola moral, física e intelectualmente. Ensino objetivo, linguagem simples, ginástica, vida ativa, interesse despertando o esforço. alegria, liberdade, disciplina. Disciplina que é uma consequência lógica da verdadeira liberdade. Disciplina que condena a rigidez, a hipocrisia da imobilidade e dos silêncios sem fim... (JORNAL A UNIÃO, 25 DE MARÇO DE 1934)

Os ideais da Escola Nova estavam presentes na forma de como essas mulheres entendiam a educação enquanto espaço de transformação social na promoção dos cursos que eram oferecidos. No Brasil, as idéias da Escola Nova foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa. John Dewey, filósofo norte americano influenciou a elite brasileira com o movimento da Escola Nova. Para John Dewey a Educação, é uma necessidade social. Por causa dessa necessidade as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento social, assim sendo, possam dar prosseguimento às suas idéias e conhecimentos.

A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX . O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e

sociais. O rápido processo de urbanização e a ampliação da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles surgiram graves desordens nos aspectos políticos e sociais, ocasionando uma mudança significativa no ponto de vista intelectual brasileiro.

No século XX, vários educadores se evidenciaram, principalmente após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Na década de 30, Getúlio Vargas assume o governo provisório e afirma a um grupo de intelectuais o imperativo pedagógico do qual a revolução reivindicava; esses intelectuais envolvidos pelas idéias de Dewey e Durkheim se aliam e, em 1932 promulgam o Manifesto dos Pioneiros, tendo como principal personagem Fernando de Azevedo.

Considerações Finais

Trata-se, igualmente de um desafio no sentido de fazer uma história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas, dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, das demográficas e as técnicas.

(DEL PRIORE, 1998, p.234)

Para Certeau (2002, p. 94) enquanto a pesquisa é interminável, “o texto deve ter fim”, pois é estruturado com dever de terminar. Portanto, a partir desse princípio apontaremos as discussões desenvolvidas enfatizando as questões motivadoras da pesquisa.

A formação intelectual foi um dos princípios básicos da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. E, sendo esta uma das primeiras preocupações, tinha-se como meta a ser alcançada os direitos políticos que deveria ser alcançado por meio da educação feminina.

No capítulo 01 discorreremos a abordagem conceitual da pesquisa e a trilha metodológica da pesquisa de como se deu a construção do objeto de pesquisa. No capítulo 02 enfatizamos como se deu à conquista dos espaços públicos e a inserção a mulher no mercado de trabalho.

Podemos compreender que, em meio a um contexto, político, social e econômico de efervescência cultural e política, concentrado na década de 1930, em que se tinha um estado implantado via movimento “revolucionário”, necessitava da conquista de outros espaços por parte da mulher.

Muitas dessas transformações ocorridas durante esse período fizeram parte do discurso ideológico feminista, a exemplo da conquista do voto feminino, que coincidiu com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países aonde chegou, atingiu várias gerações de mulheres ao atentar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas.

Nesse momento, o papel da mulher como formadora de opinião e educadora com a luta de seus direitos foi evidenciado pelas sócias da Associação Paraibana pelo progresso Feminino que lutaram respaldadas em estatuto próprio pelo direito de elevação da educação feminina e o direito ao voto feminino.

Com esses propósitos, as sócias da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino lutaram por seus direitos fundandop com sede na Escola Normal os núcleos educativos, cursos que eram oferecidos pelas próprias sócias da APPF.

Destacamos ainda, a importância que teve a imprensa como instrumento civilizador no sentido de divulgação dos ideais da Associação como: elevação do nível de instrução feminina, proteção materna e da infância, obtenção de garantias para o trabalho feminino, estímulo ao interesse da mulher nas questões sociais, assegurar os direitos políticos para as mulheres, e o preparo educacional para o exercício da inteligência

Outro ponto importante consistiu além da fundação da Associação, a conquista da página Feminina no Jornal A UNIÃO, órgão oficial do estado., partindo de uma pesquisa das fontes documentais analisadas neste estudo, o que concluímos foi a grande preocupação consistia na elevação da educação da mulher Paraibana. Após 1940, os ideais da Associação passa a ter um movimento feminista em torno das movimentações de cunho assistencialista.

Fica clara a preocupação da Associação com a educação feminina, visto que houve a fundação dos núcleos para as moças pobres com o intuito de formação intelectual para o exercício de uma profissão. O artigo, Um leve Conceito, publicado por Olivina Carneiro da Cunha, na Página Feminina, trouxe críticas à educação informal dando subsídios para a importância da efetivação da educação formal como base para a formação das mulheres.

Neste cenário, ressalto que houve uma contribuição das sócias da APPF deixado como legado educativo a elaboração e efetivação dos núcleos educativos. Consideramos necessário o desenvolvimento de estudos que investiguem como se deu o desenvolvimento das Associações presentes em outros Estados brasileiros. Visto que, segundo Vieira (2000), a única filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que sobreviveu a década de 1940 foi a do estado da Bahia.

Evidenciamos o papel social dessas mulheres que pertenceram a classe alta da sociedade Paraibana da década de 1930, não aceitaram as condições impostas e lutaram pela elevação da educação feminina com o intuito de tecer outros rendados históricos em busca de certos ideais.

Categorias presentes nos artigos da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no Jornal A UNIÃO.

POLÍTICA

- A expressiva manifestação dos professores e alunas da Escola Normal ao Presidente João Pessoa;
- O sentimento do pensar “Comitê Feminino João Pessoa” 17/Agosto/1930;
- Homenagem dos alunos da Escola Normal ao chefe do Governo Revolucionário;
- Manifestação das Alunas do Terceiro Ano da Escola Normal ao director da União – 26 de outubro 193 (Domingo)
- Chegou ao Rio o Batalhão Feminino João Pessoa – 15 de Novembro 1930

VOTO FEMININO

- A União- 17 de Janeiro de 1932 Informações Telegraphias do Pais e Do Estrangeiro;
- A primeira mulher que se assenta entre os membros do senado norte-americano;
- A UNIÃO – 9 de fevereiro 1932;

Reunião do conselho Internacional das mulheres (Lisboa).

- A UNIÃO – 14 de fevereiro de 1932 Informações Te4legraphicas do pais e do estrangeiro França.

Direito de voto a mulher francesa Paris – a câmara aprovou porque votos contra porque votos contra 60 a revolução pela qual o governo foi convidado a agir, no sentido de ser aceito senado e projeto que concede o direito ou voto as mulheres, de sorte que o mesmo entre em execução em 1933.

- A UNIÃO 12 de Julho de 1932 França.

Modificações do código civil francês relativamente ao interessa a mulher perante a sociedade.

- A UNIÃO 13 de Julho de 1932.

A Futura Constituição

Membros da Comissão ...Sra Bertha Lutz

- AUNIÃO 14 de Agosto de 1932.
- Feminismo em França ;
- A UNIÃO – 28 DE SETEMBRO DE 1932

Telegramas

A mulher em face a lei eleitoral

- A UNIÃO – 19 de Outubro de 1932.
Considerações sobre o feminismo (interesse)

- A UNIÃO – 22 de Novembro de 1932
A extensão dos direitos políticos as mulheres.
Prof. João Cabral, autor principal e comentador do código eleitoral.

- A UNIÃO – 6 de março de 1931
A mulher e as idéias modernas

- A UNIÃO – 7 de maio de 1931
O voto feminino decretado pelo governo português;
- A UNIÃO – 22 de maio de 1931.
A mulher francesa do 2º congresso feminista Internacional do Rio de Janeiro;
- A UNIÃO – 26 de maio DE 1931;
Circo do Triunpho “João Pessoa”

- A UNIÃO – 12 de junho de 1931.
Primeiro Congresso Feminino brasileiro

- A UNIÃO - 13 de junho de 1931.
Primeiro Congresso Feminino mineiro

- A UNIÃO - 16 de junho de 1931.
Primeiro Congresso Feminino mineiro

- A UNIÃO – 24 de julho de 1931.
Representando a mulher Parahybana no congresso INTERNACIONAL
Feminista a Sra Roalina Saudou as congresso Internacional Feminista a Sra.
Rosalina Saudou as congressista em 5 idiomas.

- A UNIÃO – 4 de Agosto de 1931
A Parahyba ao II Congresso Internacional Feminista.

Em atenciosa carta, a vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminismo, com sede no RJ, agradeceu ao Sr. Interventor Federal a representação da Parahyba pela brilhante poetisa e escritora D. Rosalina Coelho Lisboa, no II Congresso Internacional Feminista ultimamente reunido naquela capital.

- A UNIÃO – 24 Setembro de 1931

A reforma eleitoral

- A UNIÃO – Sexta, 24 de Fevereiro de 19, pág.1

O voto feminino

FUNDAÇÃO DA APPF

- A união – 7 de Fevereiro de 1933 pág. 8

A fundação, nesta capital de uma Associação Feminina.

- A UNIÃO – Domingo, 12 de Fevereiro de 1933 pág. 1^a.

Uma sociedade feminina em nosso meio.

DIREITOS DAS MULHERES

- A UNIÃO – Quarta, 22 de Fevereiro de 1933
A mulher e seus Direitos em face da nossa Legislação.

- A UNIÃO – Quinta, 23 de Fevereiro de 1933.
A mulher e seus Direitos em face da nossa Legislação

Pleiteando Direito – Lilia Guedes

- A UNIÃO, Domingo 11 de maio 1933 p. 8
Bertha Lutz por Juanita Machado
- A UNIÃO, Quarta 31 de maio 1933 p. 8
Acha-se instalada na Escola Normal a APPF com sede na Escola Normal.
- A UNIÃO 13 de Junho 1933 p. 5
Discurso pela Sr^aJuanita Machado dirigida as suas consocias.
- A UNIÃO , Terça 20 de Julho de 1933p 1.
Homenagem ao interventor Gratuliano Brito ao Cônego Mathias Freire e a imprensa.

Pleiteando Direito – Lilia Guedes

- A UNIÃO, Domingo 11 de maio 1933 p. 8
Bertha Lutz por Juanita Machado

- A UNIÃO, Quarta 31 de maio 1933 p. 8
Acha-se instalada na Escola Normal a APPF com sede na Escola Normal.
- A UNIÃO 13 de Junho 1933 p. 5
Discurso pela Sr^aJuanita Machado dirigida as suas consocias.
- A UNIÃO , Terça 20 de Julho de 1933p 1.
Homenagem ao interventor Gratuliano Brito ao Cônego Mathias Freire e a imprensa.
- A UNIÃO, Quinta, 7 de setembro 1933

EDUCAÇÃO

- A UNIÃO – Quarta, 15 de março de 193. pág 8
Associação Parahybana pelo Progresso Feminino.
- A UNIÃO – Sábado, 18 de março de 1933 pág.5
As conquistas do Feminismo Brasil.
- A UNIÃO – 19 de Abril de 1933 pág.1
APPF – Já se acham organizados diversos”núcleos” desta móvel associação.
- A UNIÃO, Domingo, 20 de Agosto de 1933, p.11
Em torno de uma idéia
- A UNIÃO, Domingo 17 de Setembro de 1933
Direção da Sociedade pelo Progresso Feminino- Um leve conceito
- A UNIÃO, 25 de março de 1934
Escola Nova

Referências:

Decreto n. 20.076, de 24 de fevereiro de 1932

Jornal A UNIÃO, 1930 à 1940. Arquivo da FUNESC- Fundação Espaço Cultural

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP. 1998.

BEAUVOIR, Simone de . **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo, 1975.

BEOZZO, José Oscar: Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. IN: BORIS, Fausto (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol 4. São Paulo: Difel, 1986, p. 273-341

BOSI, Ecléa: **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**- São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. **Os Métodos da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça. Democracia e Sociedade Brasileira**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Editora 34, 2002.

CARR, E. H. **O que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. Operação Histórica. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs) **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F, Alves 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s.d. 1990.

- COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem**: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba(1930-1945)Dissertação(Mestrado em história) João Pessoa: PPGH-UFPB, 2007
- DE LUCA, T. R. Historia dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- DEL PIORE , Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do estado e civilização 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. (1995). **Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- GRAMSCI.Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 9 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução por Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HUIZINGA, J. Em torno a La definición Del concepto de Historia, In: **EL concepto de La historia y otros ensayos**, México. Fundo de Cultura Económica, 1992.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.(Item documento/doc.) p. 535-
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em história da educação e gênero.(texto apresentando no encontro Mulher e Educação na PUC_SP, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes, Gênero, Sexualidade e Educação. Editora Vozes, 1997.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1930. In. _____; _____. (Orgs.) **Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 193-207.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. A imprensa paraibana e os direitos da mulher: textos publicados no jornal A União em 1920. In. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Orgs.). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.115-132.

POLLOCK, G. Missing women. Rethinking early thoughts on images of women. In Squires. Seathe Bay Press, 1990.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de Outra História: Imaginando o Imaginário. Revista Brasileira de História. V 15 n 19, 1995, p.9-27.

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do Feminismo no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

POLLAK, Michel. Memória, Enriquecimento, Silêncio. Revista de Estudos Históricos v2, n3 1989.

RAGO, Margareth . **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. 5.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 120p.(Coleção Polêmica).

SILVA, Favianni da. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras - 1891/1945 / (Mestrado em Educação)– João Pessoa: PPGE-UFPB2007**

SOIHET, Raquel. A pedagogia do espaço público para as mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: Revista Brasiliense de Educação, Campinas-SP Autores Associados, 2000.

TAVARES, Eurivaldo. Caldas (1975). **Duas Vidas a Serviço da Paraíba. Diógenes e Analice Caldas.** João Pessoa-PB. A União Cia Editora.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve Histórico do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica, Brasília 2000.

.

ANEXOS

Página Feminina (JORNAL A UNIÃO, 17 de setembro de 1933)

Direção da Sociedade pelo Progresso Feminino

Um leve conceito

A educação considerada como um fator natural, tem por fim a acomodação do indivíduo ao meio a que ele vive.

Não quero falar aqui do meio físico; é certo que este influe grandemente para o resultado positivo de uma boa educação.

O meio moral, porém, constitui o fator principal que leva o homem a perfectibilidade.

Qual deve ser pois, a sua formação?

É ajustando-se ao círculo social em que vivem e adquirindo, mais e mais, noções que lhes traz o mundo exterior que se acham em contacto, que as crianças vão manifestando as suas impressões.

No lar, elas recebem a primeira educação. É bem verdade que os pais, levado pelo afeto, não procuram pesquisar mais as tendências e os interesses da criança para melhor desenvolver a sua obra educativa..

E, se esse problema de tão alta significação não for resolvido com acerto, daí resultará a falha no caráter do indivíduo.

A imitação é o instinto mais forte que sobrepuja os outros instintos formais do homem.

Ora, é imitação os pais, os irmãos mais velhos e depois os mestres que a criança vai-se citando de sua personalidade.

Pouco a pouco, ela se julga uma alguém e, assim, se adapta ao meio ambiente, procurando irradiar todas as idéias e sentimentos que captou para a formação de sua consciência infantil.

Mas, que será desse grêlo brotando em terreno só faro?

O meio em que a criança tem de viver deve ser o mais puro que for possível, para evitar os embates tremendos e as decepções que venham perturbar-lhe o espírito.

Sim, é mister prepará-la para a espera que acerca entretanto, se traz do lar e gérmen enfraquecido e doentio, jamais o meio influirá, por sadio que ele seja.

Deve-se agir com inteligência, eliminar as tendências mas que nascem com a criança mas isso fazê-lo de modo que se não extirpem as excelentes qualidades nativas que por ventura se achem ligados às primeiras.

O caráter, se é bem temperado, não deve sofrer transformações.

O educador precisa ter em vista as qualidades pessoais de cada um educando, muitas vezes uma criança que devem conservar e nos destruir.

Apurar aqui na criança há de aproveitável, respeitar em parte as tendências hereditárias: faculdades de talento e dotes revelam um caráter rígido.

Desviar com cuidado os sentimentos de orgulho, ingratidão, hipocrisia e inveja que disvirtuaram e abatem o espírito em formação.

Educar tem elevada significação moral! Não se entende progresso, se falha a educação de um povo. Melhorar e aperfeiçoar o espírito, isolando-os das influências nocivas, rumando-o para a concretização do bem e do belo e assim, atingir o ápice da perfeição, é o ideal da humanidade.

Nos tempos em que vamos, já não fazem eco as suas palavras e ensinamentos o amor, o carinho desses educadores não são compreendidos como deveriam sê-lo.

É que a primeira educação está se desviando de suas verdadeira trilha.

Crianças há que não olham mais para o educador como se mirassem um espelho fiel onde os traços de um caráter robusto e de uma coragem destemida ai se achassem retratados.

É pena ver o descaso e a irreverência com que retribuem os deveros múltiplos que esses abregados empregam nessa continua evangelização.

Olivina Carneiro da Cunha

Página Feminina (JORNAL A UNIÃO, 20 de agosto de 1933)

Direção da Sociedade pelo Progresso Feminino

Em torno de uma Ideia

O poder da vontade cresce e avoluma-se quando esta é cuidadosamente educada.

Vence todo aquelle que confia no êxito desta força extraordinária que nos leva aos fins mais ardentemente desejados

Esta faculdade de querer, o homem a possui na sua compleição nervosa, bem sabemos; entretanto, ela só poderá atingir o expoente Maximo pela ação enérgica e imediata de uma robusta educação.

Desta atividade inteligente resulta uma exemplar conduta, um caráter modular.

O habito de saber querer, orientando por uma vontade superior, levamos a conquista de um ideal belíssimo.

É ao grande poder deste ato coletivo que devemos a realidade da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

Pensávamos maduramente que concepções havíamos de realizar para levar a nossa Idea avante; como teríamos de agir par que fossemos bem compreendidos em nosso meio, ainda não afeito a essas grandes realizações.

E para isso tivemos que recorrer ao raciocínio, a imaginação, ao trabalho exaustivo no qual empregamos uma ingente soma de energias.

A responsabilidade que tomaríamos a ombros, com os óbices que a mulher sempre se encontra p ara vencer na vida, não nos fez trepidar. Estavamos dispostas a enfrentar todos os contratempos que nos pudessem advir.

A resistência e capacidade de trabalho, naturais em nossa propria organização, nos dariam forças para combater o tônus inhibitoria.

Enfim, chegamos a resolução dessa vontade de ferro- fazer de nossas patrícias elementos sólidos com que a sociedade dispuzesse de futuro para tingir a culminância do calor, da estética, do espírito.

E ao transfortamos estas três fases do poder volitivo conseguiram triunfar da luta em que há dois anos a nossa mente se empenhara para consolidar o nosso alcandorado ideal.

Estava lançada a pedra fundamental deste alicerce que sustentará a obra secular, onde as sacerdotistas do bem pregarão a doutrina da ciência, do dever e da caridade.

Para início fundamos os núcleos de língua e de brasilidade que servimos para alargar os conhecimentos das congregadas, tornando-as capazes de edificantes e admiráveis conquistas do mundo literário e científico.

A arte de dizer é uma outra feição de que se reveste o nosso sodalício. A palavra enfeitase de gala para recepcionar a forma e o estilo e em breve se tornará maravilhosa e divina para convencer.

Os jogos educativos, em nossa associação, ocupam lugar de destaque.

Com o auxílio dos mesmos, exercitaremos a inteligência, a atenção, o raciocínio, a reflexão e, sobretudo, desenvolveremos e fortificaremos o sentido muscular que é de importância principal em nossa vida um pedagogo conceituado, é uma escola de pensamento e vontade.

A matemática também é ensinada com verdadeiro interesse. Sabemos de quanto é imprescindível o seu curso para qualquer ramo de vida abracemos. O cálculo é esteio fortíssimo que nos ajudará a sair dos embaraços que porventura se nos atolhar.

As prendas domésticas com fins utilitários e econômicos, a música, que auxilia e melhora o espírito elevando-o a gigantescas concepções são outros núcleos que nos prendem atenção.

Finalmente, avulta o mais nobre aquele que resume um poema de beleza incomparável- o de beneficência.

A caridade- amor que emana de Deus, irradiando sobre nós os seus misteriosos influxo, flor pulquerrica, exalando suave odor por todo o ambiente que nos cercam, orvalho a mitigar calor da miséria que muitas vezes estila a flor da pureza, é a última palavra no léxico da natureza que traduz todos sentimentos e virtudes.

E assim, enfeitando estas páginas no livro de atas de nossos compromissos, prometemos que elas serão sempre apreciadas ao lume do nosso esforço e dedicação.

Olivina Oliva C. da Cunha

Página Feminina (JORNAL A UNIÃO, 25 de março de 1934)

Escola Nova

Em João Pessoa fizemos os primeiros passos em prol da escola renovada.

Numa terra onde os dias são verdadeira orgia de luz e de sol a atividade é natural e lógica.

Salas de aula enfeitadas de luz, de ar, de sol, de alegria sã e garrida das crianças, surjam como jóias, tornando atraentes os prédios escolares.

Salas colmêas de escola ativa, onde o professor é um companheiro mais velho dos alunos a quem eles se podem sempre dirigir na certeza de que são sempre atendidos gentilmente, um companheiro mais velho e mais esclarecido, preciso auxiliar nas lições com quem se pode contar no momento dos brinquedos...Um companheiro de bom humor a quem amam e de quem sabem que são amados; aquele que ajuda a dominar nas revoltas e AA cólera, a preguiça, a inveja e o despeito...Aquele que convida os mais ajuizados para auxiliá-lo na correção de algum companheiro que não quer ser bom nem deseja, ser amado.

Obra de cooperação social é a escola de hoje, escola nova. Escola moral, física e intelectualmente.

Ensino objetivo, linguagem simples, ginástica, vida ativa, interesse despertando o esforço... alegria, liberdade, disciplina. Disciplina que é uma consequência lógica da verdadeira liberdade. Disciplina que condena a rigidez, a hipocrisia da imobilidade e dos silêncios sem fim...

Disciplina que cultiva a alegria, que produz o amor à escol, o respeito e a afeição reconhecida aos mestres justos, humanos compreensivos...

Disciplina admirável que faz os pequenos de 04 anos desejarem não haver mais domingos na semana para que a escola não esteja fechada naquele dia...

Liberdade, disciplina, ordem, atividade, domínio e esforço próprios, trabalho, desejo de vencer, vontade clara de aprender, de progredir... chave secreta da escola nova.

Escola nova, lar-escola, refugio de amor, enobreces e missão do professor que hoje é como os pais, ou o amigo, que vida á fora acompanha os discípulos rejubilando-se com os seus triunfos, entristecendo-se com os seus dissabores...

ANEXO I- Publicação da preparação da constituição da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. JORNAL A UNIÃO, 1933.



ANEXO V- Publicação do artigo A dúvida Primeira- da Página Feminina no JORNAL A UNIÃO 1934



ANEXO V- Publicação do artigo Ser Professor- da Página Feminina no JORNAL A UNIÃO 1934

Maria Lúcia

A diretoria da Associação Brasileira de Mulheres, em sessão de 15 de maio, decidiu sobre o trabalho de Maria Lúcia, sobre o trabalho de professor.

SER PROFESSOR

Palavra escolhida pela senhora Altes Mendes, em sessão com a Associação Parahyba para o Progresso Feminino comemorando o "Dia do Professor".

Capacidade para ensinar é o que se quer se obter do professor.

Instrução e inteligência são qualidades para o desempenho perfeito de qualquer profissão, porém, não bastam, porém, ao mestre.

Deve-se desenvolver na vida o prazer do ensinamento e da paixão pela carreira que abraça.

O professor que se torna o simples executor dos programas, entrando e saindo das aulas com o pensamento de que vai realizar um trabalho, que lhe trará certo rendimento ao fim do mês deveria ter um outro designativo que não o de professor.

O verdadeiro mestre é aquele que se sente feliz no ambiente escolar.

Chato de entusiasmo e de boa vontade observa individualmente seus alunos, desenvolvendo-lhes a capacidade, inteligência, e caráter, a saúde.

Procura corrigir-lhes as más tendências, os máis hábitos, fazendo ao seu lado moral e que o jardineiro faz de hervas daninhas e aos galhos mortos das plantas dos jardins: arranca esta, poda aquela, ampara aquelas-las.

Os potenciais alunos devem ser os mais acuradamente selecionados, vigiados, aconselhados, até que o despertar de simpatia e de crítica pelo mestre faça passar no indivíduo imperfeito e depois da perfeição, que o deverá seguir que vive.

No o amor pode transformar o mundo, e toda reforma social não se deve fazer.

Não creio no professor que ensina, creio no mestre que

LEIA :
 DA PELLE
 da VIELLA
 tamanho de
 Cuidado
 com as
 nada criar.
 A PARIS
 Complete, as
 história, um
 © RUCKITAN

BARA
 TOMANTES, por por
 MODELO, 4 Avenida
 uma roupa, se rigor

ANEXO VI- Publicação do artigo A festa de 14 de abril Assistencialismo presnte na Página Feminina no JORNAL A UNIÃO 1939

JOAO PESSOA — Domingo, 23 de abril de 1939

PÁGINA FEMININA

Dirigida pela "Associação Paraibana pelo Progresso Feminino"

A FESTA DE 14 DE ABRIL

Por iniciativa desta Associação foi realizada pela primeira vez, entre nós, a "Festa comemorativa do Dia Pan-Americano segundo o programa oficial.

O salão do Clube Commercial, onde se realizou a solenidade, estava literalmente repleto de sêculo auditório.

O interventor Apromare de Figueredo fez-se representar pelo tenente Major, Camara Moreira.

O ato foi iniciado por empolgante palestra da professora Analice Caldas. A oradora começou dizendo era o nosso prazer em inaugurar com música e filmes a homenagem devida ao Dia Pan-Americano. Referiu-se ao quanto de perto nos toca a cerimônia, por haver sido uma proposta do embaixador sueco, Gurgel de Amaral, na sessão de maio de 1930 em Washington. Elogiou a fidelidade da homenagem — a contrarrestação dos povos americanos. E concluiu com a brilhante exortação: "Debaix que o destino nos uniu nos mesmos procedentes históricos e enormes proezas, defendeu-nos sempre pelo dos maiores oceanos da terra, não procuramos contrariar farte designio propicio, nem enfraquecer esta corrente espontanea de aproximação. Sejamos americanistas, estreitemos cada vez mais os vinculos espirituais que nos unem, no mais vigoroso amplico de amizade cordial e mútua cooperação".

Seguiu-se a dramatização que muito agradau pela fiel interpretação da peça e pela originalidade. Nele tomaram parte 22 meninas e senhorinhas da alta sociedade pessoense, representando as 21 repúblicas do continente e a União.

As "repúblicas" usavam vestidos brancos, em estilo cerimonioso, vistozos, diadema na cabeça e a bandeira da nação que representavam, no peito. A "União" trajava de azul claro, também no gênero de cerimônia.

A última parte do programa, executada também por elementos femininos de destaque social, consistiu de música, canto e declamação.

Todas as colaboradoras do festival foram vivamente aplaudidas, pelo cabal desempenhado do papel que lhes coube.

Este o programa observado:

DIA PAN-AMERICANO

Festa promovida pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino
14 de Abril de 1939.

PROGRAMA

LUCY TOU, A ESPERANÇA DA CHINA

A marcha heróica para uma grande missão — O Deus da guerra — A nova China

NOVA YORK — A guerra sino-japonesa pôs em destaque a personalidade cheia de encantos de mulher, Chiang-Kai-Shek. Revolucionária, também a sua grande inteligência e a sua grande capacidade de trabalho. Ninguém poderia supor que aquela mulher modesta, que agarrava nos braços sempre ao lado do seu marido, capaz de combater os japoneses, lutava para a causa dos seus compatriotas. Ainda agora, resolveu a Lucy Tou para uma grande missão: ir à Europa e aos Estados Unidos em nome da nova China. Depois de estudar na Universidade de Har-Kow e de obter um belo diploma de bacharel em Direito, dentro em breve, fará viagem pela Europa e pelos Estados Unidos para propagar a causa da grande nação para a qual lutou da criação desta nação. Chiang-Kai-Shek, a sua esposa, prepara todos os detalhes da viagem, desde os detalhes que se referem para a série de conferências realizadas nos países que visitar. Os preparativos são feitos com grande eficiência.

Em quinze dias de viagem, percorrerá todo o mundo. Lucy Tou, poderá visitar todos os países, chegando a sua pátria, a sua grande missão, que é dar mais luz a China, a sua grande missão, que é dar mais luz a China, a sua grande missão, que é dar mais luz a China.

PEITO HOSPITALEIRO

IRACEMA FELDO DA SILVEIRA

Deixa que a minha cabeça dolorida sobre o teu peito forte, hospitaleiro, possa enfim, repousar. Consente que eu feche os olhos tão cansados e extenuada de tão longa jornada e tu me ponha a sonhar...

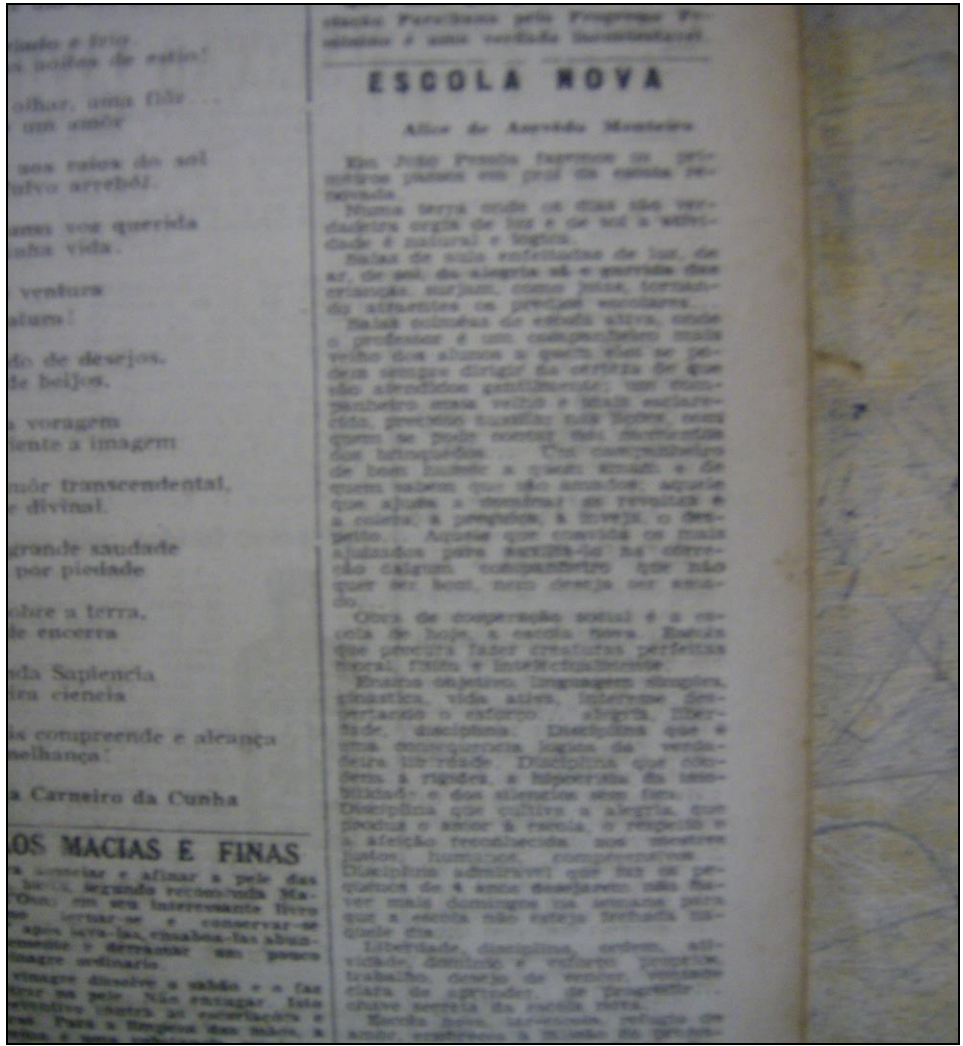
Venho de longe, Estou tremula e fria, desanimada, as faces sem pavor. Nada te trago. A alma vem triste Venho somente cheia de alegria sentir do teu peito hospitaleiro o benéfico calor,

Tu quest uma ovesinha fadigada da longa jornada, sedenta de carinho, vaei pelo espaço afóra, bem cansada, à procura do calor benéfico de um ninho

Sinto-me feliz. Nada mais desejo. Temo apenas que não me queiras mais. E, se de novo me abandonares as procelas do destino fútil, partirei; partirei destituida, com a alma dilacerada, bem ferida.

Partirei novamente triste e muda sem lágrimas, sem alarde. E que a minha cabeça dolorida sobre o teu peito não encontre guarida, nem a lepidéz suave de um carinho! Não te aflijas por isso. O culpado não foste do meu destino infeliz...

ANEXO VII- Publicação do artigo Escola Nova - Página Feminina no JORNAL A UNIÃO 1934.



Carmo e Iria
 a noivas de natio!
 olhar, uma filha...
 um amor
 nos raioz do sol
 alvo arrebol.
 uma voz querida
 sua vida.
 ventura
 slam!
 do de desejos.
 de beijos.
 e voragem
 lente a imagem
 môr transcendental.
 e divinal.
 grande saudade
 por piedade
 obre a terra,
 de encerra
 da Sapiencia
 sua ciencia
 a compreende e alcança
 selhança.
 a Carneiro da Cunha

OS MACIAS E FINAS
 a comear e afinar a pele das
 a sua segunda reconhecida Ma-
 (Dm) em seu interessante livro
 se tornar se e conservar-se
 após leva-las, ensaboa-las abun-
 dantemente e derramar um pouco
 magre ordinario
 sempre dissolve a sabão e o faz
 que se pele Não esquecer esta
 essencial contra as escoriacoes e
 etc. Para a limpeza das mãos, a
 que a sua natureza das mãos, a

Estado Parvulano pelo Progresso Pr-
 ogressivo e uma verdade incontestavel.

ESCOLA NOVA

Alina de Azevedo Monteiro

Em João Paulo fazemos os pri-
 meiros passos em prol da escola re-
 novada.

Numa terra onde os dias são ver-
 dadeira orgia de luz e de sol a ver-
 dade é natural e logica.

Sabes de mais entretidos de luz, de
 ar, de sol, de alegria só a guerra das
 crianças surjam, como jões, torran-
 do altíssimos os prontos vociferos.

Sabes também de escola viva, onde
 o professor é um cooperante mais
 velho dos alunos a quem vive se pe-
 dem sempre dirigir as vertez de que
 são aprendizes gentilissimos; um com-
 panheiro mais velho e mais esclare-
 cido, preciso auxiliar nos jogos, nos
 games se pode mostrar nos momentos
 das hesitações... Tu cooperante
 de bom humor a quem amas e de
 quem sabes que são amados; aquele
 que ajuda a ensinar os resultados e
 a cultura, a persistencia, a tenacidade,
 o respeito... Aquelle que acredita em mais
 ajudados para ensinar-las, ha' obre-
 tado algum cooperante que não
 quer ser bom, não deseja ser amado.

Otra de cooperação social é a es-
 cola de hoje, a escola nova. Escola
 que procura fazer creaturas perfectas
 físicas, mentes e intelectualmente.

Seus objectivos, linguagem simples,
 ginstica, vida activa, interesse, des-
 portarado e esforço, alegria, liber-
 tade, disciplina. Disciplina que é
 uma consequencia logica da verda-
 deira liberdade. Disciplina que não
 heria a rigidez, a hipocrisia da im-
 bitude e dos silencias sem fim...
 Disciplina que cultiva a alegria, que
 produz o amor à escola, o respeito e
 a afecção reconhecida aos mestres
 justos, humanos, cooperantes...
 Disciplina admiravel que faz de per-
 quissos de 4 anos desapparecer não ha-
 ver mais domingos na semana para
 que a escola não esteja fechada ali-
 quada dia...

Liberdade, disciplina, ordem, ali-
 vidade, disciplina e valores simples,
 trabalho, desejo de vencer, vontade
 clara de aprender, de progredir...
 chave secreta da escola nova.

Escola nova, larçoesa, refugio de
 amor, disciplina e respeito do professor

